

A VIOLÊNCIA DA ABERTURA

- Tribunal militar vai julgar Lula pela quarta vez
- Terror patronal assassina mais quatro trabalhadores rurais
- Polícia Militar mata prende e tortura em massa nas cidades

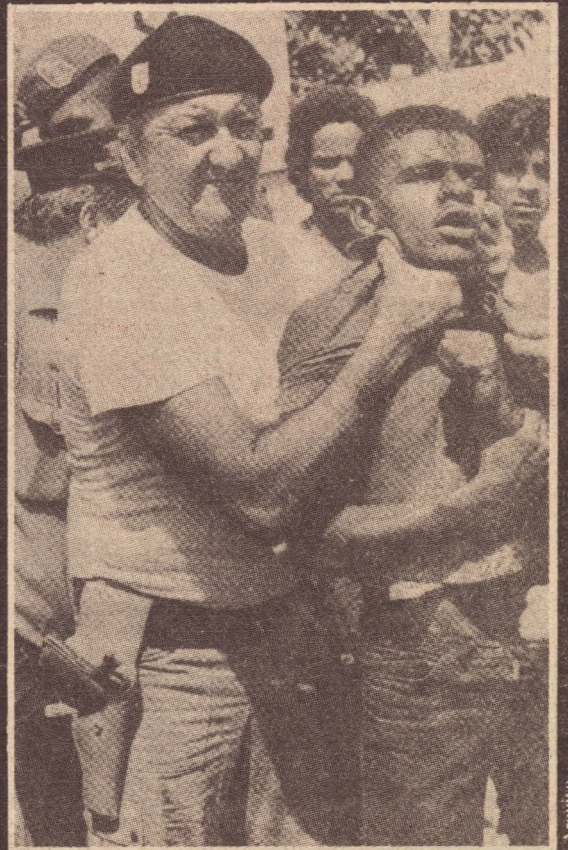
Páginas 2 e 3



Jesus Carlos



Rosa Gaudiano



Arquivo



A palavra de Luzia Sandoval, da FMLN, no Foro Internacional

MÉXICO EM PRIMEIRA MÃO

Os documentos e as conclusões do encontro de solidariedade que foi saudado pela FMLN-FDR como o mais importante realizado até agora e que fundou a Frente Mundial de Solidariedade ao povo salvadoreño.

Páginas 15 e 16



Íntegra da plataforma nacional

Página central

Tudo sobre o debate de Olivio
na TV gaúcha

Página 5

A violência da abertura

O inimigo não é mais o "terrorista" mas o criminoso comum infiltrado nas massas populares. A seguir, o resumo de um ensaio recém publicado em livro de sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro mostrando o grau assustador da violência que desaba sobre o povo e as relações da repressão à guerrilha urbana com a chamada guerra criminalidade.

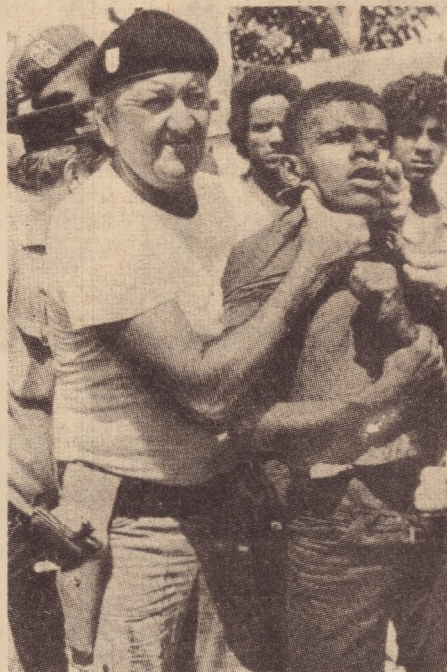
As relações entre a repressão política e a policial no Brasil são mais profundas e diretas do que usualmente se pensa. É o que demonstra o ensaio "Polícia e Crise Política: o caso das polícias militares", de Paulo Sérgio Pinheiro, contido no livro, recém editado, "A Violência Brasileira".

"As tênues barreiras que, em regime democrático isolam a repressão à criminalidade comum da propriamente política vêm abaixo nas situações de arbítrio. As avenidas entre uma e outra forma de repressão se tornam facilmente comunicáveis, com a incorporação recíproca das técnicas e das motivações. Quando em vez da cessação plena do arbítrio, ocorre, como a partir de 1974 no Brasil, um processo de transição lenta para a democracia, esse intercâmbio das duas práticas não se interrompe".

E foi em plena crise do regime em 1969, durante o governo da Junta militar, que se deu o grande passo para a subordinação mais rígida das forças militares estaduais às diretrizes da doutrina de segurança nacional, de guerra permanente contra as dissidências armadas de esquerda. Pelo decreto-lei nº 667 de 2 de julho de 1969, foi atribuído ao Ministério do Exército através de seu Estado-Maior à nível nacional e aos comandos militares nas regiões, a reorganização e a condenação das polícias militares.

Foi igualmente para combater a guerrilha urbana que surgiu a ROTA, tropas de choque formadas por grupos de quatro homens armados com grande poder de fogo, mobilidade e comunicação.

Dizimada a resistência armada da esquerda, a ideologia da segurança nacional e o aparato montado para colocá-la em prática são transferidos para a repressão à criminalidade. "Aos métodos convencionais de maus-tratos e de tortura, as polícias militares, especialmente as unidades especiais como a ROTA, conservaram o poder de abater o inimigo sem riscos penais. O inimigo não é mais o "terrorista" mas o criminoso comum infiltrado nas massas



populares, no "povão" como carinhosamente a essas se referem as polícias militares".

"A única solução para o crime é o enfrentamento armado. Os criminosos são agentes do mal, infiltrados no povo que é naturalmente pacífico e ordeiro. As outras abordagens sociológicas, psicológicas, antropológicas, econômicas ou até religiosos são consideradas como ilusórias e mal intencionadas. O criminoso (o "bandido") bom é o criminoso abatido, se possível".

A tática da guerra ativa

Não apenas a ideologia e o aparato da luta contra a guerrilha foram transferidos para a guerra ao crime. É também o método da guerra ativa, a ofensividade: prender, torturar e matar para prevenir.

"Na medida em que nós ocupamos todos os espaços, o inimigo não tem espaço para se movimentar", afirma o coronel Orlando Couto, comandante do 13º BPM do Rio para justificar uma blitz policial. No Rio, em 1977 a polícia militar prendeu 160 mil pessoas: dessas somente 20.795 processos foram distribuídos ao Judiciário. Em São Paulo, no primeiro semestre de 1981, foram detidas para averiguação 62.220 pessoas.

"Nos últimos três anos, 215 pessoas encontraram a morte nas prisões e delegacias de São Paulo. Informações extra-oficiais dão conta de que em todo o Brasil, o número de condenados, detidos, mortos em presídios, xadrezes e cadeias públicas não é inferior a 350 perfazendo a surpreendente média de um por dia". Em uma semelhança patética com os assassinatos de militantes de esquerda nos cárceres da ditadura, são usadas as versões do suicídio, como no caso do pintor Aézio, encontrado morto em uma prisão do Rio há alguns anos atrás.

Coincidentemente, a versão da legítima defesa dos policiais, do tiro, é chamada para justificar os fuzilamentos sumários. "De janeiro a setembro de 1981, a ROTA matou de acordo com as suas próprias estatísticas, 129 pessoas. Para todas elas, a versão apresentada, com pequeníssimas variações, é sempre a mesma: foi dada ordem de prisão a um sujeito perseguido, o sujeito responde à bala ou a faca, segue-se o tiroteio, os policiais são constrangidos a atirar e o suspeito morre em combate... Não deixa de intrigar que mesmo com todos esses tiroteios nenhum soldado da ROTA de janeiro a setembro de 1981 tenha sido morto nestes combates. A única morte de soldado, indicada na estatística da ROTA, ocorreu em um acidente de trânsito".

Acima das leis

"O princípio da necessidade justifica as medidas excepcionais de caráter repressivo ou preventivo (obviamente diversas das comuns providências acauteladoras da ordem), adotadas pelo governo em defesa do Estado ou da Nação quando se positivamente ameaças, tentativas de subversão ou subversões baseadas em antagonismos ou pressões de origem interna, externa ou externo-interna. Tais medidas transpõem as regras que tutelam, em época normal, os direitos antes de tudo individuais, assegurados habitualmente pelos

textos constitucionais e também pela Declaração Universal dos Direitos do Homem ou pelas leis ordinárias específicas". Assim, se expressava a revista "Segurança e Desenvolvimento" da Escola Superior de Guerra em 1968.

O mesmo critério, a mesma impunidade perante as leis se aplica aos fuzilamentos da ROTA. "Através da Emenda Constitucional nº 7 de 1977 (o "pacote de abril"), de outros decretos e de interpretações aparentemente inconstitucionais do Supremo Tribunal Federal, as polícias militares se vêem asseguradas uma justiça interna corporis (isto é, da própria polícia). O que lhes dá plenas condições de construir e implementar sua própria lei. Além disso, no caso da ROTA, as armas são retiradas em lote impedindo a possibilidade de averiguar quem usou que armas e em que circunstâncias. Nenhuma reconstituição das mortes da ROTA pode ser feita com rigor pericial e, em consequência, vale qualquer relato que os soldados queiram apresentar."

Violência de classe

"Sim, é possível governar com 50% de inflação. Naturalmente, você precisaria de uma boa força policial." A declaração, citada por Paulo Sérgio Pinheiro, é atribuída a um ministro de Estado brasileiro em uma reunião financeira internacional em 1975.

Há alguns anos, a inflação brasileira já se situa em patamares duplamente superiores às expectativas do ministro. Não é a toa pois que neste contexto, assolado ainda pela recessão e pelo desemprego, as previsões do ministro quanto à repressão policial apareçam com toda a sua crueza.

Algumas comparações de Paulo Sérgio Pinheiro ajudam a compreender o grau de violência que desaba permanentemente sobre o povo brasileiro. Comparado com os tempos macabros da repressão da Idade Média em Paris (100 pessoas executadas, entre 1389 e 1392), com os mortos resultantes dos conflitos raciais nos EUA durante toda a década de 60 (menos de 250) ou com o número de execuções no ano da repressão mais forte no país mais segregacionista do mundo (África do Sul, 132 mortos em 1978), o número de assassinados pela ROTA (129, de janeiro a setembro de 1981), é simplesmente assustador.

Justiça para Santo Dias



No dia do fechamento desta edição, estava se processando o julgamento de Herculano Leonel, policial que assassinou friamente o líder operário Santo Dias, em outubro de 1979, durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo. É a própria corporação militar quem decidirá sobre a sorte do assassino e o mais provável é que a justiça não se cumpra.

O comitê Santo Dias, formado por ativistas e entidades sindicais e democráticas, encaminhou ao juiz militar o seguinte abaixo-assinado contendo mais de sete mil assinaturas: "Nós abaixo-assinados conhecemos as circunstâncias da morte de Santo Dias e temos a certeza de que ela foi um crime. Por isso, exigimos a punição do PM que matou Santo."

A vida não vale nada se a gente deixar que o assassino fuja por outro caminho e prepare outra cilada.

Ato de lançamento público da revista

PERSPECTIVA
Internacional

Às 20:00 do dia 23 de abril, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com a presença de lideranças petistas e de sindicalistas será realizado um debate sobre a situação internacional.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589 0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - 16º andar; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Impresso nas oficinas da Cia. Editora Iorque, Rua Gastão da Cunha, 49, Tel. 531-8909, S. Paulo, SP

Editorial

Pelo fim da
Ditadura,
PT Saudações.

A arma do PT para enfrentar estas eleições está na plataforma nacional aprovada na sua Pré-convenção e que tem como centro político a seguinte visão: esta campanha que se aproxima é para nós uma **Campanha de Luta**, isto é, antes de mais nada, uma grande mobilização nacional das classes trabalhadoras a partir de suas reivindicações imediatas expressas no trinômio **Trabalho, Terra e Liberdade**: uma mobilização que visa acumular forças para a **derrubada da Ditadura Militar** como condição preliminar para a realização das reivindicações postas pelos setores populares; as quais, no entanto, somente serão garantidas com a conquista do **Poder para os Trabalhadores e o Povo**; o que, por fim, abrirá caminho para a entrada numa nova sociedade, o **Socialismo**.

Não apenas pela sua origem e pela sua história, mas agora também pela sua plataforma eleitoral, o PT se coloca como uma proposta partidária completamente diferente das demais que hoje estão legalizadas.

Para os demais partidos, presos que estão ao pântano da "transição democrática" ou do "processo de abertura", falar hoje de Ditadura Militar seria um anacronismo de grupos fanáticos.

Mas a razão desta diferença é simples e muito concreta. Enquanto estes partidos formulam suas propostas desde os salões do Congresso Nacional, ou em idas e vindas ao Palácio do Planalto e ministérios, noutro plano, a pré-convenção nacional do PT, democraticamente, trouxe a São Paulo mais de 350 delegados vindos dos mais longínquos e diversos pontos da luta de classes que corta profundamente este país.

Para aqueles que enxergam o país à luz de um debate via TV Globo entre Tancredo Neves e Jarbas Passarinho, hoje estamos na soleira da democracia. Mas para aqueles petistas que iniciam sua pré-convenção com um minuto de silêncio pelo assassinato de mais uma de suas lideranças rurais, e que têm pela frente agora o julgamento como criminoso de guerra de seu presidente e outras lideranças sindicais, para estes trabalhadores que amargam o dia a dia por baixo, a Ditadura é uma realidade insofismável.

O PT e os trabalhadores têm assim, independente de qualquer teoria, pela experiência de sua própria pele e estômago, a Ditadura Militar como seu inimigo número um. E é nesta luta, é contra este inimigo, que o partido volta suas armas nestas eleições.

BÔNUS

Contribuição de Cr\$ 5.000,00 (com direito a uma assinatura conjunta do EM TEMPO e a Revista Perspectiva Internacional).

Contribuição de Cr\$ 3.000,00 (com direito a uma assinatura do EM TEMPO).

Qualquer contribuição dá direito a concorrer ao sorteio de 4 (quatro) fitas cassetes com a gravação dos Cantos da Comunidade de Paris, incluindo A Internacional, com as respectivas letras.

Nome

Endereço

Contr.: 5.000 3.000

STM julga Lula e seus companheiros
O sonho e o pesadelo
da ditadura

A ditadura se vê entre o sonho de anular Lula e o pesadelo de enfrentar uma forte campanha de pressão a nível nacional e internacional pela sua libertação.

Por Juarez Guimarães

Lula e Emilson Simões de Moura (o "Alemão"), três anos e meio de prisão; Djalma de Souza Bom, Juracy Batista Magalhães e Rubens Teodoro, três anos de prisão; Manoel Anísio Gomes, José Maria de Almeida e Gilson Menezes, dois anos e seis meses de prisão; Wagner Lino, Osmar Santo Mendonça e Néelson Campagnollo, dois anos de prisão. Estas são as penas conferidas às lideranças do ABC que estarão em questão no dia 16, quando o Superior Tribunal Militar estará julgando o recurso impetrado pelos advogados dos operários.

Esta é a quarta vez que o presidente do PT e seus companheiros vão à barra do Tribunal militar nestes últimos doze meses. Condenados em um julgamento completamente espúrio e irregular mesmo perante as leis da ditadura em março do ano passado, tiveram as suas sentenças anuladas por um tribunal superior em um segundo momento. Já em 19 de novembro, a 2ª Auditoria Militar em São Paulo confirmou a condenação dos operários enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Se condenados no Superior Tribunal Militar, ainda restará um recurso ao Superior Tribunal Federal. Apenas na hipótese, de serem condenados pelo voto unânime dos juizes nesta instância é que não poderá ser possível um novo recurso.

Enquanto corre o processo nesse labirinto montado pela ditadura — um verdadeiro corredor polonês — Lula e o secretário-geral do PT, Jacob Bittar, respondem a um outro processo pela Lei de Segurança Nacional acusados de "incitamento a luta de classes", por haverem feito pronunciamentos vigorosos quando do assassinato do líder sindical e petista, Wilson Pinheiro, do Acre.

Não são poucos os que apostam na absolvição dos sindicalistas e principalmente de Lula, confiantes no cálculo eleitoral da ditadura interessada em ver Lula em condições de concorrer ao governo do estado de São Paulo numa estratégia de enfraquecer a candidatura do senador Franco Montoro. A questão, no entanto, do ponto de vista da ditadura é muito mais complexa e envolve desdobramentos mais além do plano eleitoral.

Julgamento classista

Qual a faceta de Lula que estará em julgamento? O operário rebelde cujo inconformismo inabalável com a situação de sua classe projetou o seu nome até no plano internacional? O competente dirigente das greves mais poderosas que ocorreram no pós 64? O líder sindical cuja presença nas articulações inter-sindicais dificulta a passagem de um pacto social que desarme a classe trabalhadora? O presidente do partido que burlou as previsões dos casuístas da abertura e colocou a possibilidade dos trabalhadores expressarem os seus interesses na luta política? O socialista que, em nome do PT, marcou o seu compromisso na luta pela transformação do regime de classes no Brasil e um veemente discurso em Brasília? Ou inevitavelmente todos eles?

Não há nada com que a ditadura mais sonhe do que anular Lula e o PT. Mas, ao mesmo tempo, não há nada mais perigoso para o regime do que ter as mais expressivas direções sindicais do país atrás das grades, como elemento catalizador de uma forte mobilização que percorreria todo o país no período pré-eleitoral e colocaria uma cunha no projeto de abertura.

Porisso, a ditadura joga com o tempo, mantendo sobre a cabeça de Lula e dos

NÃO PERCA
LANÇAMENTO DO
LULA PARA
GOVERNADOR

A situação anda horrível. O salário é pouco. Não temos casa pra morar. O desemprego tá solto. Tá difícil educar as crianças. A condução vai de mal a pior e não temos liberdade. Se ficarmos parados não vai mudar nunca. É preciso se unir, se organizar e lutar. As eleições são um passo a mais nesta luta. O Partido dos Trabalhadores veio para isso. Venha conhecer nossos candidatos. O lançamento de um trabalhador para o Governo é motivo de festa. Uma grande festa. Com bandeiras, música, fogos, bexigas e um grande comício.

TRABALHADOR VOTA EM TRABALHADOR
DÊ SUA FORÇA À CAMPANHA DO LULA PARA GOVERNADOR

Compareça e traga a família

Largo 13 de Maio em Santo Amaro, a partir das 15 horas

dirigentes do ABC a espada da Lei de Segurança Nacional. Um meio de intimidação, a dar cobertura jurídica a uma eventual repressão aos sindicalistas e ao PT.

Uma situação contraditória porque exatamente nos meses que se seguem deverá explodir e ganhar uma enorme força de massas, a candidatura de Lula ao governo do estado de São Paulo, possível enquanto não houver uma sentença definitiva de condenação. E cinco dias depois do julgamento, em um ato que promete abrir com chave de ouro a campanha eleitoral, será realizado um comício monstro na zona sul de São Paulo que abriga centenas de milhares de trabalhadores.

Trabalhadores rurais
A escalada do terror

Prosseguem de maneira escandalosa os assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais. Nos últimos meses, haviam se registrado as mortes de José dos Santos (presidente do sindicato dos trabalhadores de Correntes, Pernambuco), José Pedro dos Santos (presidente do sindicato dos trabalhadores de Capela, Alagoas), Wilson de Souza (presidente do sindicato dos trabalhadores de Basileia, Acre), Raimundo Lima (candidato a presidente pela CLPA de oposição do sindicato de Conceição do Araguaia, Pará), além dos delegados sindicais José Bezerra, Marcelo dos Santos e muitos outros. A impunidade dos assassinos, quase sempre em conluio com as forças policiais e militares, alimenta a cadeia do terror.

No dia 27 de fevereiro deste ano, foi morto a tiros na estrada que levava ao povoado de Cordeiro, no Maranhão, o posseiro João Brito. João, pai de 12 filhos, foi assassinado a mando do fazendeiro José Dico, que quer extender o seu domínio a uma área de 13 mil hectares.

Já em março, os lavradores Antonio Raimundo da Silva e Manoel Raimundo

de Souza foram encontrados mortos no Km 92 da rodovia Transamazônica. Um deles estava com as orelhas decepadas, os olhos furados e a língua cortada; o outro trazia a língua cortada. Os mandantes do crime foram os prepostos da empresa Conan, proprietária da usina "Abraham Lincoln".

Petista assassinado em Santarém

No dia 24 de março, o companheiro Avelino Ribeiro da Silva, delegado do sindicato rural de Santarém no Km 173 da rodovia Santarém-Cuiabá e militante do PT, foi tragicamente abatido. O desenrolar dos acontecimentos que culminaram em sua morte é exemplar para demonstrar a responsabilidade da ditadura por todos estes crimes que vêm se repetindo.

Avelino há algum tempo vinha sofrendo ameaças e perseguições do grileiro Otacilio Alves Feitosa. No dia 6 de março, o filho de Otacilio contratou dois marginais para matar Avelino e seu vizinho, Evaristo Cornélio da Silva. Antes de realizar o crime, os dois marginais foram presos pelo agente de polícia de

Igaré Preto e entregues ao delegado de Polícia de Rurópolis.

No dia 19 de março de 1981, três policiais militares foram à comunidade de Igarapé Preto para prender Avelino e seu vizinho. Como os policiais não apresentaram nenhuma ordem de prisão, os dois lavradores se recusaram a acompanhá-los. No dia seguinte, Avelino, Evaristo e 67 outros lavradores compareceram à delegacia de Polícia de Rurópolis, sendo recebidos pelo sargento Miranda, visivelmente embriagado.

Em consequência desse fato, um pelotão da Polícia Militar prendeu em Rurópolis, no dia 22 de março, sete lavradores. A situação se agravava e o Sindicato dos Trabalhadores de Santarém enviou ofícios a uma série de autoridades policiais, militares e judiciárias, solicitando segurança de vida para Avelino e Evaristo.

Foi então que no dia 24 de março, Avelino foi ferido em uma tocaia perto de sua casa. Mesmo sangrando, conseguiu entrar em casa e se armar de uma espingarda de caça mas acabou levando um outro tiro, desta vez fatal.

Pré-convenção Nacional

A campanha do PT sai prás ruas

Possivelmente só voltaremos a nos reunir em encontro nacional no ano que vem, depois das eleições. De hoje até lá somos uma só força em todo o território nacional, unificados pela plataforma que acabamos de aprovar. Esta é a nossa missão. Boa sorte companheiros; Viva o PT!"

Nestes termos, Lula encerrava no penúltimo fim de semana em São Paulo a pré-convenção nacional do partido que reunira mais de 300 participantes de todo o país para traçar as diretrizes do PT frente às eleições.

O ponto central dos dois dias de debate era a aprovação de uma plataforma nacional que unificasse um mesmo discurso para todo o partido de norte a sul do país durante a campanha eleitoral. Desde dezembro passado que os vários estados vinham realizando suas pré-convenções regionais aprovando ante-projetos de plataforma que agora estariam em discussão a nível nacional para deliberação definitiva.

As reuniões da Comissão Executiva e do Diretório Nacional que precederam a pré-convenção trabalharam a fundo na tentativa de produzir uma síntese das várias posições regionais numa proposta única que pudesse ser submetida à pré-convenção. Mas a tarefa era complexa e a verdade é que nem a Executiva nem o Diretório conseguiram organizar os debates do encontro nacional. A proposta que a Executiva levou ao Diretório, sob o título "Por um Brasil Democrático", foi tida por este como insuficiente e, numa reformulação de fundo, o Diretório acabou produzindo uma nova proposta centrada nos eixos "Trabalho, Terra e Liberdade" e que tinha como primeiro item a bandeira "Pelo fim da ditadura militar".

Mas a proposta do Diretório também não foi aceita pela pré-convenção. A maioria dos delegados a avaliou como um documento muito internista, num estilo pouco agressivo, falando mais para dentro do que para fora, além de no conteúdo pouco preciso.

E assim, num encaminhamento que por isso mesmo teve muito de desorganizado e confuso, foi que os grupos e o plenário do encontro nacional acabaram produzindo uma nova proposta que finalmente foi aprovada (ver íntegra do texto nas págs. 8 e 9).

Uma síntese nacional...

A plataforma nacional aprovada tem a mesma forma didática de exposição adotada pelas propostas de São Paulo, Rio e Minas. Mas o conteúdo mudou significativamente. O texto tomado como base para as discussões foi o de São Paulo — que era o único disponível na tarde de domingo em quantidade suficiente para todo o plenário.

Mas isso foi apenas a base. Pois a proposta aprovada subvertia e derrubava completa-

Uma plataforma nacional de luta contra a ditadura e pelo poder aos trabalhadores e uma tática eleitoral para uma campanha organicamente centralizada.

Por Flávio Andrade



mente a lógica reformista do texto paulista. A idéia participacionista, do controle e construção passo a passo de um novo governo; a deliberada omissão do combate à ditadura e a escandalosa diluição da questão do poder — todas estas peças-chave da proposta de São Paulo — foram integralmente suprimidas do texto. Para, em seguida, a partir desta verdadeira cirurgia política, a proposta ser reformulada à luz das contribuições surgidas nos vários estados.

De Goiás e Pernambuco veio a ênfase na caracterização da campanha do PT como uma **campanha de luta**, logo no início da plataforma colocando que o compromisso do partido é com a mobilização nacional dos trabalhadores e não com a caça de votos.

Também destes dois estados vieram os eixos "Trabalho, Terra e Liberdade" e as diretrizes para as plataformas estaduais e municipais, postas ao final do texto, insistindo na necessidade do PT apresentar formas de participação e decisão diretas dos setores populares nos executivos que vier a ganhar, por meio da criação de assembleias populares.

... a partir dos vários estados

De Minas veio a ênfase no combate à ditadura, posta logo no título do primeiro ponto, "Sem liberdade a vida não vai mudar, pelo fim da ditadura militar", e cujo conteúdo foi tirado da proposta fluminense. A qual, forneceu ainda o item do poder, tratado sob o

título "O poder para os trabalhadores e o povo".

De setores paulistas contrários à proposta da direção estadual, veio a colocação de desde já o PT não se limitar apenas às lutas imediatas dos trabalhadores mas combiná-las com a luta pelo combate e estatização, sob controle dos trabalhadores, dos latifúndios, dos monopólios, do sistema financeiro e do comércio exterior.

Por fim, colocados como pontos à parte, com destaque, a luta contra todas as formas de discriminação e a solidariedade internacional, a plataforma compôs-se de um total de 12 pontos.

A unidade petista

O texto finalmente aprovado poderia parecer à primeira vista uma verdadeira colcha de retalhos. Mas trata-se de uma mera aparência. A plataforma que saiu do encontro nacional representa de fato o que é a unidade do PT hoje a nível nacional.

Uma unidade que começa tendo como centro de combate a ditadura militar e a necessidade de sua derrubada como condição preli-

minar para conquistas das classes trabalhadoras (mesmo que esta unidade ainda esteja majoritariamente presa ao preconceito economicista se recusando a passar à ofensiva na luta democrática, por meio da Constituinte, por exemplo, como ficou patente na votação desta bandeira).

Uma unidade que caminha a seguir pela mobilização nacional contra esta ditadura a partir das reivindicações imediatas dos trabalhadores sintetizadas em "Trabalho, Terra e Liberdade"; e que combina desde já nesta mesma mobilização o combate ao cerne do poder burguês que está nos monopólios urbanos e rurais, apontando para a necessidade imperiosa de substituir o poder que aí está por um poder dos trabalhadores.

E por fim uma unidade que propaga desde já o socialismo como a meta final que buscamos.

O saldo portanto é altamente positivo. O PT aprofundou e concretizou enormemente seu programa de 1980, traduzindo-o numa vigorosa plataforma eleitoral para este ano capaz de contribuir para mais um grande passo na construção do partido e crescimento político da classe trabalhadora.

A retirada do reformismo

E o espectro reformista que rondava o partido desde a aprovação da proposta paulista de plataforma agora se desfaz. Confirma-se mais uma vez a tradição dos encontros nacionais sempre se posicionarem à esquerda dos paulistas. O espaço para posições reformistas a nível nacional é hoje tão estreito que mesmo os mais ardorosos defensores da proposta paulista, subitamente, se viram transformados nos grupos e plenária, em verdadeiros paladinos do combate à ditadura e às ilusões de um novo passo a passo.

O PT sai assim desta pré-convenção politicamente bem armado para enfrentar o ano eleitoral.

Já no plano organizativo, a pré-convenção praticamente aprovou a Carta Eleitoral anteriormente proposta pelo Diretório Nacional agregando-lhe algumas emendas de detalhe sobre a organização da campanha e a relação do partido com os futuros eleitos.

E aqui também o resultado foi um claro não às pressões eleitoreiras que vinham rondando o partido. O PT se coloca assim frente às eleições, pelo menos em tese, como um partido mesmo, organicamente centralizado na sua campanha.

A voz do partido

A pré-convenção foi ainda o palco de lançamento do primeiro número do **Jornal dos Trabalhadores**, órgão oficial do PT. Um passo decisivo para a construção do PT como partido mesmo, depois de vários meses de espera, a acolhida ao jornal foi entusiasta, rapidamente se esgotando a modesta tiragem inicial de 10 mil exemplares.

Ao longo do próprio encontro, nos intervalos, uma reunião de secretários de imprensa das várias regionais fez uma avaliação preliminar da edição e tratou da estruturação nacional do jornal.

Como prevíamos anteriormente, o fraco desempenho da campanha de bônus frente às altas metas iniciais, faz com que o jornal agora, na prática, passe por um processo de redefinição de seu projeto.

Mas, antes de mais nada, em primeiro lugar o que se coloca hoje é a necessidade imperativa de garantir a sustentação do jornal, para o que a campanha de assinaturas toma a linha de frente. Num segundo momento, em função do desempenho desta campanha é que então se poderá determinar o nível de ajuste do projeto inicial, e sua definição mais precisa.

Mas, para tanto, não basta a campanha de assinaturas. É necessário todo um esforço do conjunto do partido, da direção à base, e não apenas no plano da sustentação material mas também de sua própria produção editorial, para que tenhamos o mais rápido possível um jornal efetivamente do partido, colado aos movimentos e lutas populares, e realmente nacional.

De nossa parte, enquanto militantes do partido estaremos nas nossas respectivas instâncias partidárias contribuindo em todas as tarefas de consolidação do jornal.

Por outro lado, enquanto jornal **EM TEMPO**, como sempre afirmamos (e recentemente confirmamos em uma carta à direção do partido e do **Jornal dos Trabalhadores**) colocamos nossos recursos materiais e humanos (na sede e cursais) à disposição do jornal do partido, convictos que sempre estivemos da importância deste instrumento para a construção do PT.

Ao mesmo tempo em que iniciamos uma discussão para mudanças no projeto do **EM TEMPO** numa adequação complementar (e não competitiva) com o **Jornal dos Trabalhadores**.

ASSINE O JORNAL DOS TRABALHADORES

Assinando o JORNAL DOS TRABALHADORES, você economiza!

- Cr\$ 1.000,00 por vinte e quatro números
- Cr\$ 500,00 por doze números

Nome:

Endereço:

Profissão:

Idade:

CEP:

Assinale o tipo de assinatura que você quer e envie este cupom juntamente com um cheque nominal em nome de PERSEU ABRAMO. Remeta para JORNAL DOS TRABALHADORES - ASSINATURAS - Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145, CEP: 01318, São Paulo - SP.

Debate na TV gaúcha

O PT vai ao ar

Olívio Dutra, candidato do PT ao governo gaúcho, enfrenta seus adversários na televisão num debate ao vivo no último dia 29 em Porto Alegre.

E, em meio ao blá blá blá tradicional e monótono de Jair Soares (PDS), Pedro Simon (PMDB) e Alceu Collares (PDT), a imprensa local e nacional concluiu no dia seguinte: o PT foi o grande vitorioso. Abaixo, os principais trechos das intervenções de Olívio no debate.

Da Sucursal

1 Boa noite, trabalhadores

São 21h e 30 min em Porto Alegre; abre-se o debate; três minutos de tempo livre para cada candidato fazer sua saudação; Olívio Dutra é o último a falar.

Olívio: Boa noite, trabalhadores, boa noite, telespectadores. Esta é uma oportunidade elogiável para nos expressarmos livremente na TV e rádio. Mas entendemos que debates como estes não podiam ficar restritos a candidatos apenas. Mas também que a sociedade brasileira e as entidades populares pudessem ter esta oportunidade para debater.

O PT tem uma origem que não é dos salões acarpetados, não surgiu das divergências de deputados, vereadores ou políticos das elites. Mas surge das lutas da classe trabalhadora. O Partido dos Trabalhadores propõe que cada companheiro faça a política e deixe de sofrer a política das elites.

2 Nossas decisões visarão os trabalhadores

Após a abertura, seis entidades escolhidas pelo programa formulam perguntas aos candidatos. Aqui, algumas respostas de Olívio.

Pergunta da Federação das Associações de Servidores Públicos: Considerando que com o desconto de 9% do IPE existem benefícios que a categoria não recebe, tais como atendimento dentário gratuito, pensão para viúvas que ganham aquém do salário mínimo e não gratuidade total do atendimento médico, se eleito, aumentaria a alíquota de 9% para 10% como o Governo Federal fez com a Previdência Social?

Olívio: A solução não está no aumento da alíquota, assim como aconteceu na Previdência Social. A solução está na presença do trabalhador e do funcionário público na administração... Só com a participação do trabalhador, do funcionalismo e do magistério é que pode ser resolvido.

Pergunta da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e da Associação Comercial de Porto Alegre: O que acha da idéia de implantar um Conselho Empresa-Governo com o objetivo de aproximar a classe empresarial do Executivo Estadual?

Olívio: Estranho que as medidas do Governo não estejam sendo em consonância com os interesses do empresariado. Elas não são, também, em consonância com os interesses dos trabalhadores. O Governo do Partido dos Trabalhadores vai ser para estimular a organização dos mais diferentes segmentos da sociedade e, portanto, está aberto para ouvi-los. Queremos que eles façam pressões por seus interesses e estaremos abertos a estas pressões, embora as decisões, é claro, visarão basicamente ao interesse da classe trabalhadora.

Pergunta do CPERS — Tendo como referência a política educacional que V. Exa. se propõe a desenvolver como provável governa-

dor do Estado, como vê a proposta contida no acordo firmado entre o Governo do Estado e o Magistério gaúcho, para uma maior democratização da educação?

Olívio: O Partido dos Trabalhadores tem claro pontos sobre a política educacional. A educação é um bem social, que deve ser gratuito em todos os níveis, com bases na participação de toda sociedade. Inclusive, o Partido dos Trabalhadores encaminhou na Câmara dos Vereadores de São Luiz Gonzaga um projeto que determinava que as direções das escolas municipais fossem escolhidas pelos professores. Entretanto, os demais partidos não deram seus votos para aprovar. De qualquer forma, o secretário de Educação tem que ter a aprovação dos professores, dos alunos, assim como os delegados de ensino e os dirigentes das escolas.

Pergunta da CNBB: Se eleito, como solucionaria o problema dos sem-terra, especialmente os de Nova Ronda Alta, ex-Encruzilhada Natalino?

Olívio: O problema dos companheiros da antiga Ronda Alta; hoje Nova Ronda Alta é apenas uma ponta do Iceberg. Por trás disso tudo existe um grave problema social. São duzentas mil famílias que não têm terra para morar e plantar no Rio Grande do Sul. Esse problema será encarado por nós com uma reforma agrária que não seja uma mera ocupação de terras do Governo ou do Estado. Tem que ser uma reforma agrária que tomou em conta as reformas agrárias que tocou nos latifúndios existentes.

3 Oposição de fato é o PT

Em seguida o ping-pong: cada candidato faria três perguntas aos demais com direito a réplica. Um apanhado dos lances do PT.

Pergunta de Jair Soares a Olívio: Como pretende resolver os problemas de saúde pública do estado? De que maneira vai buscar fontes de custeio para manter um padrão sanitário para todos os trabalhadores sem distinção?

Olívio: O problema da saúde pública, como o da educação, não está desligado de todos os demais problemas que, hoje, atingem a todos os trabalhadores, dos campos e das cidades. Assim, criar um posto de saúde ou instalar uma escola onde o trabalhador não tem salário, onde o homem do campo não tem terra para produzir, é criar no vazio.

Réplica de Jair: Uma pessoa que se propõe a governar o Rio Grande do Sul não pode fugir à objetividade do debate de questões como a saúde pública. E, como se verificou, o representante do Partido dos Trabalhadores não soube dar resposta a essa questão fundamental.

Pergunta de Olívio Dutra a Jair Soares: Por que o PDS quer ficar no Poder se há 18 anos de regime ditatorial que ele apoia só conseguiu agravar a situação de vida do povo? Porque o partido avalizador desta situação quer ficar no Poder?

Jair: O PDS quer continuar no Poder para dar continuidade a obras de construção de um país melhor para os brasileiros. Várias são as obras que o Governo realiza. O PDS quer continuar no Poder para melhorar a vida de todos os brasileiros.

Olívio (réplica): Na verdade o PDS tem se queixado muito de que não decide nada no Governo. O próprio ministro diz que não foi

ele quem aumentou a alíquota da Previdência mas agora afirma que quando se desincompatibilizar e reassumir sua cadeira na Câmara dos Deputados votará a favor do aumento da alíquota da Previdência e de todo o pacote previdenciário. O salário mínimo que está aí de 11.900 é o que o Governo dá aos trabalhadores e que não serve para comprar um litro de leite por dia. Na verdade o salário mínimo real seria de 37 mil cruzeiros. Esse é o mal que o Governo está fazendo e que o PDS quer manter porque quer continuar no poder.

Pergunta de Olívio para Simon: Como o PMDB pretende contentar a todas as correntes que atuam no seu interior. Com sua composição heterogênea e interna ainda propõem um Governo popular. Mas isso será possível como?

Simon: Nós pretendemos fazer do partido de um Governo popular. Há pouco participamos de um seminário onde elaboramos um plano alternativo de Governo que pela primeira vez se elabora no país. Embora haja no partido classes das mais diversificadas, deve prevalecer é claro a vontade da corrente majoritária e a classe majoritária é a dos trabalhadores.

Olívio (réplica): Existe uma situação muito interessante com este projeto de Governo popular com trabalhador e patrão junto. Vejo problemas por exemplo como negociar a reivindicação dos trabalhadores se o Governo tem empresários. Como fazer uma greve por direitos se há interesses internos no partido contrário a tais direitos.

Pergunta de Olívio para Collares: Como o PDT vê a realização do socialismo democrático com a intervenção da doutrina trabalhista dentro do Governo? Como haverá o encaixe do socialismo democrático com esta CLT fascista que está aí?

Collares: No programa do PDT que é o melhor de todos no direito social superior inclusive ao do PT porque fui eu quem o escrevi, os trabalhadores têm o atendimento pleno. Antes não existia a CLT mas hoje há alguma liberdade.

Olívio (réplica): A CLT existe desde 43. Ela sobreviveu a governos da revolução e antes destes a governos trabalhistas mas ficou inalterada. Com essa legislação cassam dirigentes sindicais, fecham sindicatos, prendem sindicalistas e trabalhadores, demitem trabalhadores. Esta é a CLT que está aí apoiada pelo trabalhismo que foi governo e que o PDT é seguidor. Esta origem confunde os interesses do PDT que assim também é partido heterogêneo.

Pergunta de Collares a Olívio: Quando criamos o PDT, procuramos um entendimento com o Partido dos Trabalhadores. Quando será possível esse encontro, para um grande debate, já que temos muitas idéias semelhantes sobre os trabalhadores?

Olívio: Eu penso que esse grande debate não pode ser um privilégio apenas de dois partidos

políticos. Este grande debate vem sendo reivindicado pela população, mas vemos com bons olhos o interesse do PDI. Temos origens diferentes e propostas de formas de organização da sociedade diferentes, sobre como o processo penaliza o povo. Estas questões, uma vez resolvidas, podem estabelecer este debate.

Pergunta de Pedro Simon a Olívio Dutra: O sr. acha que neste último pacote eleitoral a supressão do voto na legenda foi injusto e que o PMDB e o PT serão prejudicados?

Olívio: Tranquilamente. Os casuísticos eleitorais têm um alvo certo que é a sociedade em seu todo, é a sociedade que se organiza.

Simon: Concordo com o sr. Olívio Dutra. Vejo no PT e PMDB os grandes alvos no fim do voto da legenda. Agora querem terminar com o voto na legenda, pois, vejam, se o eleitor quisesse votar apenas no partido, podia, mas querem terminar, pois ninguém vai escrever PDS na cédula. O eleitor escreve PMDB ou PT.

4 Queremos uma nova sociedade

Por fim o encerramento, com a despedida de cada candidato.

Olívio: O PT presta, em primeiro lugar, uma homenagem aos companheiros jornalistas pela oportunidade deste debate público que, esperamos, venha a iniciar uma série em substituição à Lei Falcão. O PT quer resgatar a dignidade da ação política. A política tem que ser uma atividade de todos. O trabalhador é um ser humano que sabe do pouco salário que recebe. O trabalhador sabe o que é o sofrimento. O PT quer construir uma nova sociedade e esta é uma tarefa de todos os trabalhadores. A nova sociedade que queremos construir tem que ser a superação da atual. Uma nova sociedade onde o homem não seja o lobo do homem. Uma nova sociedade onde não só se consulte o trabalhador na época de eleição. Uma nova sociedade construída na luta diária de todos nós. É para formar esta nova sociedade que o PT convoca todos os trabalhadores. O PT é, realmente, uma proposta de formação desta nova sociedade que todos desejamos. A sociedade reivindica liberdade, terra e trabalho. Todos sabemos que esta sociedade nunca existiu nas propostas dos partidos que nos antecederam. Eram propostas burguesas. Uma nova sociedade só pode ser constituída com a organização sindical, com a organização nas sociedades de bairros, enfim com o trabalhador organizado.

EM TEMPO:

assinatura

Cr\$ 1.500,00

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

A Editora Aparte S/A ●

Rua Francisco Leitão, 57

● CEP 06414

● Pinheiros ● São Paulo

Convergência Socialista Auto-crítica pela metade

Negando a autoria de um documento com caracterizações absurdas e sectárias, afirmando novos compromissos com a construção do PT, a Convergência Socialista recua e parece esboçar uma auto-crítica pela metade.

Por Júlio Tavares

Na edição anterior, escrevemos um artigo criticando algumas caracterizações da Convergência Socialista em relação ao PT e à sua direção. Tendo como um dos motivos este artigo, a direção dessa corrente, escreveu duas cartas à Comissão Executiva do PT, lendo, inclusive, a primeira delas em uma das plenárias da pré-convenção nacional.

Nesta carta, a CS diz: "soubemos ontem, com grande surpresa, da circulação no interior do PT de um documento atribuído por alguns à CS e por outros à OSI. Este documento contém caracterizações extremamente pesadas e ofensivas ao PT e à sua direção. Ficamos também estarecidos com a publicação e a crítica de partes do documento através do jornal "Em Tempo". E que "foram utilizadas para esta prática documentos que não são de autoria e nem responsabilidade da Convergência Socialista, e temos certeza também que não são da OSI. Foi retirada, a nosso ver propositalmente, a primeira página do documento distribuído, que revela sua autoria. Ele foi feito por um ex-militante da CS, como denuncia a página inicial retirada. Este documento, em sua versão integral, já foi entregue por nós à Comissão Executiva do PT."

Em continuidade, é feita uma profunda crítica de método, como se segue: "a utilização de um documento interno para uma polémica sem sequer verificar a sua autenticidade e paternidade, é um método estranho aos trabalhadores. Mais ainda, a tentativa de ocultar a sua origem através da mutilação do documento, só pode estar a serviço de uma busca de quebrar a unidade do PT e de uma caça às bruxas contra setores do Partido".

Creemos que houve por parte da direção da CS mais um profundo equívoco. É facilmente comprovável. Nós não citamos partes do documento referido e que, segundo a CS, teria circulado no interior do PT. Mas sim, citamos de um outro declaradamente da Convergência



Socialista, expressamente da Convergência Socialista.

Além disso, consideramos que seria bem mais correto que a Convergência Socialista se referisse às caracterizações e às críticas que fizemos de forma direta e expressa. Isso não foi feito. Nem se refutou expressamente as caracterizações de Lula como "um burocrata sem diferença de qualidade com Joaquim" nem que "a burocracia lulista é historicamente contra-revolucionária e quer construir o PT como partido operário-burguês."

As críticas que fizemos anteriormente eram justificadas. Entretanto a CS parece negar em alguma medida as suas caracterizações que criticamos. Isto, para nós e para o PT de conjunto, é positivo, já que parece indicar, e assim

somos levados a entender, que há alguma evolução positiva nas suas posições. Seria, no entanto, preferível que a direção da CS falasse isso abertamente.

Democracia interna

A preocupação da direção da CS de que esta polémica aberta poderia servir para uma "caça as bruxas" a setores do Partido, não deve ser verdadeira. A concepção que defendemos, e que acreditamos será cada vez mais adotada pelo Partido, é a que coloca como um dos seus requisitos mais importantes, a vivência da democracia interna. E democracia interna não é apenas para os que estão de acordo com a direção. Democracia interna

não é algo apenas estatutário, mas sim também o direito na prática diária das minorias se expressarem livremente. As divergências internas não são apenas naturais, mas a sua expressão e resolução democráticas são fatores essenciais do desenvolvimento de um verdadeiro partido dos trabalhadores. A negação do mesmo é a transformação de um instrumento de libertação social das amplas massas trabalhadoras e populares, como o PT, em organismo burocrático e contra-revolucionário.

Por tudo isto, cremos que mesmo que as posições políticas. Caberia aos setores que têm como a sua caria nos leva a crer, ela não pode ser isolada, ou muito menos excluída do PT. E nem nenhum outro setor o pode ser por posições políticas. Caberia aos setores que têm as posições mais corretas e principalmente a direção do PT, demonstrarem, na prática real, que estas caracterizações estão erradas. Pelo simples fato de se ter divergências internas nenhum setor do PT pode perder o seu direito de ter candidatos. Qualquer tentativa de resolver as divergências internas usando expediente administrativo é um erro. E é um golpe ao PT.

Vale ressaltar, alguns pontos das duas cartas que a direção da CS mandou à Comissão Executiva Nacional do PT. Os pontos que dizem respeito ao seu compromisso de lutar pela construção do PT "hoje, amanhã e depois" e de levar adiante "uma campanha eleitoral unificada e unitária do PT como passo fundamental no processo de construção de uma organização operária de massas no Brasil, que seja um partido profundamente ligado às lutas dos trabalhadores". E que esta campanha terá como base a resolução, a plataforma eleitoral resolvida pelo Encontro Nacional. Estes compromissos da CS são muito positivos. Esperamos que passem pelo critério da verdade, isto é, a prática.

Novo Hamburgo — RGS O PT no Interior

Um exemplo de a quantas anda o partido pelo interior do país

Da Sucursal

Nelson Gautério de Sá, é presidente do Diretório Municipal de Novo Hamburgo. Com 37 anos, 17 anos de sapateiro na indústria calçadista, atualmente ele é Técnico em Educação Popular e Profissionalizante em entidade assistencial, e membro da Diretoria da Associação Comunitária dos Bairros Guarani-Operário em Novo Hamburgo. Aqui ele relata como o PT de sua cidade se prepara para as eleições.

— Apesar do pouco tempo de vida, o PT se prepara para as eleições de novembro. Nas capitais o partido está mais implantado, como isso está numa cidade do interior?

— Bem, vamos do início. O PT nasceu em Novo Hamburgo a partir de um trabalho nos bairros e de oposição sindical. Hoje o PT conta com 500 filiados que, em sua maioria, são trabalhadores da indústria do calçado, metalúrgicos e moradores de bairros populares, o que nos dá uma base significativa para enfrentarmos as eleições de novembro. O PT não tem figuras nem a grana dos outros partidos, mas o pique, a dedicação e a forma como os companheiros estão vestindo a camisa do PT é impressionante. Com isso vamos compensar a falta de recursos, de dinheiro.

— O partido conta aqui com nomes mais expressivos, com reconhecimento público na cidade ou nos movimentos sociais?

— A campanha vitoriosa da oposição sindical metalúrgica foi um trabalho assumido pelos militantes do PT e hoje a maioria da diretoria e do pessoal mais combativo está filiado ou simpatiza com o PT. Além disso,

seis associações de moradores de bairro têm na sua direção militantes do partido e que são reconhecidos por seu trabalho nas vilas. O PT conta também com um bom número de professores que atuam no Núcleo regional do Centro de Professores do Estado. Com esses dirigentes sindicais, líderes comunitários e de outros movimentos o PT é hoje uma força na cidade. Na luta contra o aumento das passagens dos ônibus, em 1981, o prefeito — que por sinal é do PMDB — já conheceu essa capacidade de mobilização. O PT, mais os sindicatos e associações de vilas e bairros, mobilizou a população, elaborou pesquisa junto aos usuários e chegamos a apresentar um projeto alternativo que foi aprovado na Câmara sob pressão popular. O prefeito que se diz opositor vetou o projeto popular e acabou arquivando também o que a Prefeitura havia apresentado, favorecendo as empresas que já fizeram mais dois aumentos de lá para cá.

— E a plataforma eleitoral para a campanha, já está nas ruas? Como foi elaborada?

— Já deu para sentir pelo trabalho do partido no dia a dia que existem problemas urgentes para os trabalhadores. Um é o transporte que cada dia leva mais o salário do trabalhador. Novo Hamburgo é uma cidade com bairros distantes, recebe muitos trabalhadores de fora e muita gente daqui trabalha em cidades vizinhas. O PT acha que além dos descontos para trabalhadores e a limitação dos aumentos conforme o INPC, ao menos, pontos que constavam do projeto que defendemos, a Prefeitura deve assumir a responsa-



Nelson: "Nosso pique para as eleições é forte"

bilidade do transporte coletivo público. Outras falhas gritantes nos bairros são a falta de postos de assistência médica e, principalmente creches, pois a indústria calçadista emprega um grande número de mulheres que vivem esse problema já que nenhuma indústria do município cumpre a lei que determina a existência de creches em fábricas que empregam mulheres.

Além disso, achamos que o programa municipal de governo do partido deve ser amplamente discutido não só pelos filiados mas também por simpatizantes e moradores das vilas e bairros. Sem muita experiência anterior, organizamos no ano passado, um

questionário muito grande e difícil de ser respondido. Agora, partimos para outro mais simplificado que está sendo recolhido e cujos resultados serão discutidos amplamente dentro e fora do partido. Achamos que essa é a forma mais correta de vincularmos os moradores dos bairros na campanha eleitoral, na vida política do município, mesmo que nem venham para o PT.

— E os candidatos, a campanha no município já começou?

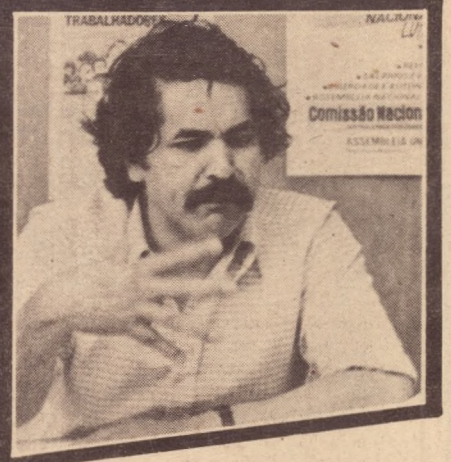
— Fizemos, no fim do ano, um cronograma de trabalho que previa de janeiro a março, uma campanha de divulgação e fortalecimento do PT, de sua sigla, do programa geral do partido, através de pixações, dois boletins, e os cartazes do PT.

A partir de agora começamos as reuniões dos bairros onde o partido já tem pré-núcleos ou um bom número de filiados para tirar o candidato do próprio bairro seguindo todos os critérios já estabelecidos: representatividade, trabalho no PT, compromisso nas lutas populares. No próximo fim de semana já sairão as reuniões com esse objetivo no bairro Canudos — o mais populoso de Novo Hamburgo —, Santo Afonso, Roselândia e no núcleo dos metalúrgicos que tem mais de 30 filiados. Com essa orientação pretendemos chegar a no mínimo 20 candidatos à Câmara Municipal, e até a metade de abril já estaremos com os candidatos a prefeito e vice-prefeito em plena campanha. Pelo colégio eleitoral de Novo Hamburgo — mais de sessenta mil — teremos também um candidato a deputado estadual a ser indicado pela região."

Olívio Dutra, vice-presidente nacional do PT, esteve por oito dias em Cuba e por alguns dias em Manágua. A visita de Olívio, atendendo a um convite oficial do governo cubano, prepara a viagem próxima de Lula àquele país e marca um estreitamento importante dos contactos do PT com a revolução na América Central. A seguir, um balanço das impressões colhidas por Olívio.

O PT e a revolução na América Central

Por Álvaro Merlo



— Para começar, você poderia falar como viu a relação entre os sindicatos e o partido em Cuba.

Olívio — Não foi possível fazer grandes observações na prática pois, devido ao tempo, tivemos que ficar muito no que ouvimos e debatemos com os companheiros da Central Cubana de Trabalhadores. Os sindicatos cubanos não recebem nenhuma receita do Estado. Têm a sua própria sustentação financeira — 1% do salário de cada trabalhador — pagos espontaneamente e o grau de sindicalização é muito grande. O sindicato não faz assistencialismo. Os companheiros da Central Cubana de Trabalhadores entendem que a relação da Central com o Partido Comunista Cubano (PCC) não é de subordinação. Não descartam a idéia da “correia de transmissão” mas dizem que ela tem dois lados. Primeiro, porque a classe trabalhadora cubana reconhece no PCC sua vanguarda organizada e por isto lhe tem respeito. O que não significa subordinação, porque o partido tem que refletir os interesses da classe trabalhadora cubana e por isto, na lógica da interpretação dos companheiros, é uma “correia de transmissão” circulando de lá para cá e de cá para lá. Para eles, esta de dizer que o partido em Cuba tem uma ascendência e uma imposição sobre o movimento sindical e o movimento popular, não passa de propaganda do capitalismo.

Existe uma propaganda em nosso país de que Cuba seria um país policialesco, repressor. De que a ilha seria um exército. Mas verificamos que não há nada disso. O povo é extrovertido, aberto e você não vê polícia na rua, nem mesmo guarda de trânsito.

Five a possibilidade de fazer uma observação numa grande usina de açúcar na província de Oriente. São os trabalhadores gerindo aquilo. Têm uma direção colegiada da qual fazem parte o sindicato, o prefeito que é eleito, um representante da fábrica, os técnicos do governo e o secretário municipal do partido. Todo o pessoal é da região e possui uma formação política e conhecimento da realidade de seu país, da América Latina e internacional, o que revela um debate político permanente. Eu verifiquei que há participação de base. O trabalhador cubano sente que ele realizou a revolução e que ela é sua. Portanto, ele se sente no governo. O governo sendo seu, os sindicatos são seus, o partido é seu e a representação na fábrica é sua e não há contraposições. Pelo menos que a gente pudesse observar no contato rápido que se teve.

— Mas o fato de haver apenas um partido em Cuba não traz prejuízos à organização e participação dos trabalhadores?

Olívio — Bom, eu confesso que não meditei ainda sobre isto mas respeito e acho que todos nós, trabalhadores do Brasil e da América Latina, devemos respeitar profundamente a experiência cubana. Respeitar, o que não quer dizer que se queira transportá-la mecanicamente para a nossa realidade. A experiência de erros e acertos da revolução cubana sem dúvida nenhuma pende mais para os acertos. Os companheiros cubanos não estavam tentando nos esconder seus problemas. Passamos por bairros e aglomerados populares com grandes deficiências em termos de habitação, em termos de limpeza, ambientes abafados, gente morando mal (apesar que nestas casas não falta nem água, nem esgoto). Porém, vimos que os moradores destes locais estão integrados na luta para vencer estas dificuldades de hoje. São populações novas que estão vindo do processo de industrialização cubano.

As condições gerais de vida do povo cubano melhoraram sensivelmente. A educação é gratuita, há creches nos locais de trabalho, o transporte coletivo é quase de graça, o lazer está ao alcance de todo mundo, o acesso à saúde é universal, ninguém é subnutrido.

— Como você analisa a questão do bloqueio imposto à Cuba pelo imperialismo?

Olívio — O bloqueio gera situações graves para o povo cubano e estreita o relacionamento internacional. Isto tem que ser mudado. Afinal, o Brasil tem uma política a favor da autodeterminação dos povos, do não-alinhamento mas na prática está se alinhando à política norte-americana de bloqueio à nação cubana. É hora de suspender isto. Hoje há perspectivas de que o relacionamento comercial se restabeleça em breve. Porém, o Partido dos Trabalhadores defende que não se deve ficar apenas no relacionamento comercial. Os dois povos tem muitas experiências a trocar, independentemente das ideologias e, portanto, devemos tratar de reatar de imediato as relações diplomáticas com Cuba. Aliás, esta foi uma moção aprovada, por unanimidade, na nossa última convenção nacional.

Percebemos que existe uma propaganda em nosso país e nos países que vivem questionando a experiência socialista cubana de que este seria um país policialesco, repressor. De que a ilha seria um exército. Mas verificamos que não há nada disso. O povo é extrovertido, aberto e você não vê polícia na rua, nem mesmo guarda de trânsito. E isto em um país que vive em uma situação de permanente ameaça, boicote e sabotagem. O que vimos foi um povo estimulado para garantir e, fundamentalmente, para defender a sua experiência revolucionária. Vimos um povo participante, um povo que sabe que só a mobilização das amplas massas da sociedade cubana pode garantir

a nação contra a agressão de qualquer potência.

— Que avaliação você formou dos Conselhos de Defesa da Revolução (CDR)?

Olívio — Os CDR são organizações de massa que organizam o povo a nível de quarteirão. A idéia que se tem no Brasil é que nada mais fazem que mobilizar o povo para os comícios de Fidel Castro na Praça da Revolução. Resolvi ver de perto, ver um CDR trabalhando. Efetivamente existe uma participação concreta de baixo para cima no controle da administração pública. Em certo momento, passava pela parte antiga de Havana numa hora em que as pessoas saíam para o almoço e verifiquei que em várias sedes dos CDR haviam reuniões e muita discussão. Entrei em uma destas reuniões e verifiquei que estavam preparando as reuniões do Poder Popular (equivalente às Câmaras de vereadores e à Câmara de Deputados) que estão se realizando esta semana para prestação de contas dos delegados às suas bases e para discussões sobre a situação da economia e das questões internacionais. São os CDR que realmente preparam as assembleias do Poder Popular, para que elas sejam participativas, que não fiquem com as cúpulas. Estas reuniões preparatórias se dão nas sedes dos CDR mas as reuniões amplas do Poder Popular ocorrem em espaços maiores, nas praças, nos cinemas.

O Brasil na prática está se alinhando à política norte-americana de bloqueio à nação cubana. É hora de suspender isso. O PT defende que devemos tratar de reatar de imediato as relações diplomáticas com Cuba.

— Como o PT é visto em Cuba?

Olívio — A proposta do Partido dos Trabalhadores é respeitada por ser uma proposta de organização pela base. O povo e as autoridades cubanas sabem muito bem da realidade dos povos, têm uma visão das diferentes correntes de esquerda. Sabem quem são as aparelhistas, quem são as direitistas, a que têm uma proposta de articulação por cima, para tentarem levar de roldão as massas. O PT é respeitado porque não se enquadra neste esquema de proposta aventureira, de cúpula e sim é uma proposta surgida dentro do movimento operário, dentro do movimento sindical.

— Que impressão você trouxe da revolução na Nicarágua?

Olívio — A economia da Nicarágua não está nas mãos da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e por isto ocorrem muitos boicotes, desaparecem produtos, os preços dos gêneros de primeira necessidade são altos e isto mesmo com um sistema de fiscalização através das brigadas da FSLN. A burguesia detém um poder grande nas

mãos com o controle da distribuição de produtos. Vê-se que este modelo não dá segurança à FSLN que realmente é quem detém o poder político. Há setores estatizados como os bancos, há a reforma agrária, a legalização dos terrenos urbanos acabando com o drama das populações das vilas periféricas (apenas em relação aos terrenos e não à moradia). O problema do transporte coletivo é enorme. Porém, é o povo que está em armas na Nicarágua e não a burguesia. Nas repartições onde passei vi companheiros civis de fuzil na mão. Diante da ameaça de invasão norte-americana, se vêm barricadas nas ruas, onde quem está armado é o próprio povo e não pessoas fardadas. E este povo em armas, sem dúvida nenhuma, não vai permitir um retrocesso na revolução.

— O que você descreveu é uma situação de impasse da revolução na Nicarágua. No seu entender, como deve resolver-se este impasse?

Olívio — Entendo que deve resolver-se com uma definição do critério da revolução. A revolução até agora foi para derrubar Somoza. A partir deste momento, aprofunda-se o desafio de transformar a estrutura social da Nicarágua, ou seja, a questão de quem detém os meios de produção. É este o impasse. As forças sociais se acumulam no campo e na cidade de maneira favorável à hegemonia da Frente Sandinista e, portanto, à afirmação de uma revolução com substanciais mudanças na estrutura da sociedade nicaraguense.

Na Nicarágua, nas repartições onde passei vi companheiros civis de fuzil na mão. Diante da ameaça de invasão americana, se vêm barricadas nas ruas onde quem está armado é o próprio povo. E este povo em armas não vai permitir um retrocesso na revolução.

— Como o PT se posiciona frente à política externa de Figueiredo em relação à América Central?

Olívio — Acredito que é necessário desenvolver um movimento de opinião pública para garantir que a posição até agora mantida de defesa da autodeterminação dos povos se mantenha e se aprofunde. Porque me parece que esta política é a de “lavar as mãos” e acredito que existam povos na Nicarágua, em El Salvador, na Guatemala que estão lutando contra forças vinculadas ao capital internacional, à agressão internacional. A postura do nosso país deve ser em defesa desses povos. Não se pode ignorar que nestes países existe uma luta pela dignidade nacional, pela independência nacional. Esta é a melhora que o PT exige da política externa do Brasil para esta região.

PT-82
Confie em você, vote no PT

Trabalho, Terra e Liberdade

A íntegra da Plataforma Nacional do PT aprovada no Encontro Nacional do partido.

A Campanha Eleitoral do PT é muito diferente de todas as que nós, trabalhadores, participamos até hoje. É diferente porque temos o nosso próprio partido e escolhemos os nossos próprios candidatos. Porque o PT combate a compra do voto, o cabo eleitoral e as promessas demagógicas.

A Campanha Eleitoral do PT é diferente porque é, antes de tudo, uma grande campanha de mobilização e organização dos trabalhadores a partir das principais reivindicações do movimento popular.

A Campanha Eleitoral do PT é uma CAMPANHA DE LUTA, quer dizer, uma CAMPANHA que se compromete com todas as lutas dos trabalhadores.

NOSSO LEMA NACIONAL É: TRABALHO, TERRA E LIBERDADE!

Assumindo as principais reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo, lutamos para acabar com a fome e o desemprego, por melhores salários e terra pra plantar e pra morar, para que nossos direitos sejam respeitados no campo e na cidade, para sair de baixo da opressão dos tubarões.

1 — SEM LIBERDADE A VIDA NÃO VAI MUDAR, PELO FIM DA DITADURA MILITAR

Hoje em dia, os poderosos dizem que a ditadura já acabou e que tudo mudou com a abertura patrocinada pelo governo. No entanto, a violência, a corrupção e a prepotência continuam tomando conta do país e estão presentes no dia a dia de cada trabalhador. Nas cidades, a Polícia Militar espanca operários com fome. Nos campos, posseiros são expulsos das suas terras por jagunços, ou padres presos porque estão ao lado do povo. Os generais continuam controlando a vida do país, como se estivéssemos em guerra e os trabalhadores do campo e da cidade fossem inimigos do Brasil. Os poderosos dizem que tudo mudou para que tudo continue como antes.

A qualquer hora do dia ou da noite os trabalhadores estão sujeitos à prisão e aos maiores vexames em qualquer delegacia policial. Os dirigentes sindicais são colocados sob suspeita de subversão porque lutam por melhores condições de trabalho e salário. Os negros são tratados como marginais. Qualquer reunião de gente pobre é vista com desconfiança. Nas fábricas, a ditadura dos capitalistas e a ameaça do desemprego atinge a qualquer trabalhador mais consciente dos seus direitos.

Ao mesmo tempo, nunca se roubou tanto. Nunca uma minoria ganhou tanto dinheiro sem trabalhar. Isso não pode ficar mais assim. O Partido dos Trabalhadores sabe que os verdadeiros autores de crimes contra o país, os maiores ladrões dessa terra e os criminosos não andam nos ônibus superlotados, não moram nas favelas e bairros populares e não saem de casa às quatro ou cinco horas da manhã. São cidadãos acima de qualquer suspeita, muitos dos quais circulam em carro oficial. A Lei de Segurança Nacional nunca é acionada contra eles. O DOI-CODI, o DOPS e o SNI não vigiam suas reuniões, como fazem com as nossas.

A opressão que pesa sobre a vida dos trabalhadores brasileiros está diretamente ligada ao regime militar que ainda nos governa, defendendo os interesses dos banqueiros, dos especuladores, dos latifundiários e dos capitalistas. Não queremos apenas liberdades controladas a conta-gotas. Queremos substituir todo o regime de opressão e garantir liberdades reais para o povo brasileiro. Para isso, temos consciência de que é preciso avançar na construção, pela base, de entidades representativas que fortaleçam e unifiquem as lutas populares contra a ditadura militar. Na luta por uma sociedade em que o poder seja exercido pelos trabalhadores, defendemos desde já a completa liberdade política e sindical para o povo. Desatrelando a estrutura sindical do aparelho do Estado que deve deixar de meter o nariz na vida sindical e se limitar a reconhecer as entidades representativas como a UNE e a CUT.

Têm que ser revogadas imediatamente a Lei de Greve, que é um grande entrave a que os trabalhadores reivindiquem seus direitos, a Lei de Segurança Nacional, a CLT, a Lei de Imprensa, a Lei dos Estrangeiros, o Código de Tele-Comunicações e todas as leis arbitrárias baixadas pelo regime. Têm que ser extintos o Conselho de Segurança Nacional, o SNI, o DEOPS, o DOI-CODI, o CENIMAR, o Conselho Superior de Censura e todo o aparato montado para reprimir o povo e proteger os tubarões.

Lutamos pela realização de eleições livres e diretas em todos os níveis, com direito de voto para os soldados, marinheiros e analfabetos, que são brasileiros como todos nós; pelo direito de greve; pela redistribuição do orçamento da União, incluindo o aumento das parcelas destinadas aos municípios, pela autonomia dos estados, inclusive quanto ao controle sobre suas Polícias Militares.

Queremos o fim da ditadura militar. Se você concorda, vamos em frente.

2 — NUM PAÍS TÃO RICO É POSSÍVEL ACABAR COM A FOME

Cada vez que você sai de casa pra fazer compras, você se assusta com a alta dos preços. Qualquer dia o seu salário não vai dar nem para um misero quilo de feijão. Não é pra menos, porque os salários não aumentam a cada dia como aumentam os preços.

E se você é um camponês a dureza é a mesma. Você se mata na plantação e quando vai vender o que produziu, não dá nem para pagar o que gastou. Isso se o grileiro já não lhe tomou a terra e você, sem achar trabalho no campo, não está agora, aos tranços e barrancos, chegando na cidade para começar tudo de novo.

Mas pior ainda é se você é um dos tantos desempregados deste país. Você deixou muito do seu suor produzindo pro patrão e um belo dia ele mandou você embora. Agora, sem salário você não tem como garantir a comida na sua casa.

Prá enfrentar esta situação, o PT faz algumas propostas:

- Um salário mínimo real unificado, que dê pra garantir ao trabalhador e à trabalhadora uma vida decente, e que seja reajustado a cada 3 meses na mesma medida que a inflação;
- Estabilidade no emprego;
- Salário-desemprego;
- A criação de uma Cesta Básica de Alimentos a Preço Fixo, que o Estado — e não os grandes atacadistas — se encarregaria de comprar no campo e vender na cidade;
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário.

3 — TRABALHADORES DO CAMPO: TERRA E MELHORES SALÁRIOS

Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo, não pode mais ser adiada. Temos de garantir a posse da terra a quem nela trabalha e não a latifundiários,

grileiros e aproveitadores que especulam com títulos de propriedades que nem conhecem. Não podemos mais tolerar a existência de grandes latifundiários e terras devolutas que nada produzem.

Devemos lutar pela distribuição das terras devolutas aos pequenos produtores. Devemos lutar pela intervenção nas grandes empresas agrícolas de modo a orientar a política agrícola, conforme os interesses dos trabalhadores.

Devemos garantir ao camponês o crédito barato para a compra de equipamentos e adubos. Os atravessadores têm que ser combatidos, com a instalação pelo governo, de uma rede nacional de silos, armazéns e frigoríficos.

Devemos assegurar a todos os assalariados rurais, condições dignas de remuneração, transporte e direitos trabalhistas e previdenciários.

Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente ao lado dos que trabalham a terra e não este governo comprometido com as multinacionais, os latifundiários, os grileiros e atravessadores.

4 — NÃO É POR FALTA DE TIJOLO QUE O TRABALHADOR NÃO TEM ONDE MORAR

O BNH não deu nenhuma solução para o problema de moradia do trabalhador. Além disso, o dinheiro do FGTS está sendo só para engordar os grandes empresários da construção civil. É urgente uma reforma radical na política e na legislação imobiliária, para acabar com a vergonhosa especulação que se faz com a compra e venda de casas e terrenos em nossas cidades.

Devemos promover um amplo programa de construção de casas populares. Para isso é necessária uma política de taxaço progressiva que onere pesadamente os terrenos ociosos, deixados para especulação. É necessário também que se definam os lotes urbanos destinados a esse fim, que sejam localizados em áreas de fácil acesso, condução farta e infraestrutura de saneamento e lazer. Finalmente, para que seja viabilizado tal programa, é ainda necessário intervir na produção e distribuição de materiais de construção, para que sejam padronizados e adaptados a essas necessidades.

É necessário assegurar a posse da terra aos favelados, programando loteamentos populares decentes, loteando-se áreas urbanas que estão ociosas e repassando a preços acessíveis aos trabalhadores. São necessários investimentos maciços em obras de saneamento básico e programas de urbanização sob o controle de comunidades.

E, afinal, o problema da moradia é inseparável da questão dos transportes. Não é possível que os trabalhadores continuem gastando tantas horas e tantas energias em meios de transportes tão precários. Julgamos que devemos apostar no transporte ferroviário e fluvial e nos transportes coletivos ao invés dos carros particulares.



5 — NESTE PAÍS HÁ POUCA SAÚDE E MUITO LUCRO COM A DOENÇA

A grande maioria da população brasileira vive hoje em péssimas condições de saúde. Esta situação não poderá ser superada com medidas parciais. É verdade que o atendimento médico é precário. Mas a saúde não é apenas o produto de um bom atendimento médico. Milhares de mortos seriam evitados se existisse saneamento nos bairros. Se as águas que o povo bebe não estivessem contaminadas. Se a poluição fosse combatida. Se o trabalhador na fábrica tivesse realmente voz forte nas questões referentes aos acidentes de trabalho. A doença é também um produto da má alimentação, dos quartos úmidos, da falta de agasalhos e da falta de lazer.

Tudo isto tem que ser enfrentado em bloco. Entretanto, qualquer política nesta área se inicia acabando com o lucro. Não dá mais para suportar que se ganhe dinheiro às custas da doença. As clínicas, hospitais, remédios e equipamentos hospitalares têm que estar nas mãos do Estado, o qual deve encampar a indústria química e farmacêutica e empresas que atuam no setor. Estes serviços têm que passar a ser controlados diretamente pela população e pelos trabalhadores da área.

A única forma de garantir o mesmo padrão de atendimento médico para qualquer cidadão é oferecer atendimento médico público e gratuito. Este atendimento tem de ser dado nos próprios locais de moradia do trabalhador, que não pode continuar perdendo a saúde em longas filas, no fim das quais receberá um tratamento precário.

Os postos de saúde têm que existir em número suficiente em cada bairro e ali mesmo oferecer atendimento básico e, caso necessário, encaminhar o trabalhador para um tratamento mais especializado.

6 — A EDUCAÇÃO E A CULTURA SÃO UM DIREITO E NÃO UM PRIVILÉGIO DE CLASSE

O governo tem apostado na ignorância e não na educação, investindo mais em armas do que em escolas. Uma mobilização nacional poderia erradicar o analfabetismo neste país em menos de três anos.

Além disso, é preciso por um fim ao grande negócio em que se tornou a educação. A educação também não pode ser objeto de lucro. O ensino tem que ser público e gratuito em todos os níveis. Os filhos do trabalhador têm direito a boas creches, pré-escola, um ensino de primeiro e segundo graus de boa qualidade técnica-profissional, incluindo uma boa formação sobre os problemas sociais, a história e as lutas do nosso povo. É um serviço público

fundamental tanto para o futuro dos nossos filhos quanto para tranquilizar a mulher e liberá-la ao máximo do trabalho doméstico.

Mais verbas para a educação — pelo menos 12% do orçamento nacional assegurados pela Constituição tornariam o curso superior acessível aos filhos do trabalhador e permitiriam uma remuneração decente ao magistério e aos funcionários de toda a rede de ensino.

A indústria cultural, o sistema educacional e os meios de comunicação de massa têm sido usados mais do que nunca para combater os valores populares, reforçando a dominação social e econômica sobre os trabalhadores.

É fundamental a articulação nacional dos movimentos culturais populares; a criação de centros de cultura onde os trabalhadores e o povo possam discutir e atuar através de várias atividades, reforçando a CULTURA POPULAR.

7 — SOMOS TODOS IGUAIS: CHEGA DE DISCRIMINAÇÃO

O Brasil que queremos não é apenas o povo comendo, morando, tendo saúde, vestindo e se educando. A vida que almejamos tem que ser baseada sobretudo numa relação profundamente humana e fraterna, igualitária, entre as pessoas, sem nenhum tipo de discriminação.

E nesta questão, a situação do Brasil é grave. A mulher é tratada como ser de segunda categoria. A ela cabem os piores empregos e os menores salários, além de estar submetida à dupla jornada de trabalho, pois acumula todas as tarefas da casa. A todo momento é subjugada e humilhada, oprimida não só como trabalhadora, mas também como mulher.

O preconceito de cor é real. Os negros não têm os mesmos direitos que os brancos e, antes de mais nada, são tidos como suspeitos e marginais. Os índios são tratados como débeis mentais, massacrados física e culturalmente, não sendo respeitados nem mesmo as suas reservas de terras.

Os homossexuais são humilhados e discriminados, tratados como doentes ou caso de polícia.

Exigimos igualdade nas Leis que regem à família, o trabalho e a sociedade. O direito ao trabalho, à profissionalização e extensão dos direitos trabalhistas a todas as trabalhadoras, a exemplo das empregadas domésticas, respeito ao direito de salário igual para trabalho igual. As mulheres têm que possuir os meios para escolher se querem ou não ter filhos, o que implica o reconhecimento da função social da maternidade, o oferecimento de meios contraceptivos seguros e um atendimento médico permanente em todas as fases de sua vida.

É preciso acabar com todas as formas de discriminação contra os negros. As minorias, índios e homossexuais, têm que ser integralmente respeitadas.

A Flora e a Fauna, os rios, mares e florestas são bens nacionais que têm que ser preservados a qualquer custo e cuja exploração só pode ser feita dentro de um planejamento que leve em conta os interesses da maioria da população.

Nos propomos denunciar e impedir a ação criminosa das empresas poluidoras que, incentivadas pela frequente omissão dos órgãos governamentais de fiscalização, sacrificam a saúde da população em prol de seus lucros.

Lutamos para que as prefeituras e governos estaduais tenham autonomia para determinar o fechamento de indústrias poluidoras, atribuição hoje centralizada pelo Presidente da República.

Lutamos pela inclusão de programas de educação ambiental nos currículos de 1º e 2º graus e do ensino universitário. Propomos o fim do Projeto Carajás, a proibição da venda de amplas parcelas do território nacional ao capital estrangeiro e denúncia imediata do acordo Nuclear Brasil/Alemanha.

Também não são de interesse dos trabalhadores soluções como a que foi dada para o projeto Jari, onde o governo bancou a falência do empreendimento entregou o dinheiro do povo, de mão beijada, ao grande capital nacional.

10 — O PODER PARA OS TRABALHADORES E O POVO

Colocar a economia e a administração pública a serviço do povo é um dos principais objetivos do PT. Mas ele não será atingido simplesmente pela estatização das atividades produtivas. Isoladamente, isso só fortalecerá o poder das tecnocratas e burocratas. Só acreditamos na mobilização dos trabalhadores. Esta mobilização tem de abrir condições para que todos os problemas de interesse público sejam submetidos ao controle popular.

As escolas terão que ser controladas por pais, mestres, alunos e funcionários, os postos de saúde terão de ser controlados pela população e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controlados por sindicatos e as associações, os trabalhadores têm de assegurar o direito de fiscalização a contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre emprego, preço e salário; os sindicatos têm que ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacias de polícia têm que ser fiscalizadas e controladas pelas associações e conselhos de moradores; etc.

Lutamos para que os trabalhadores derrubem a ditadura militar e coloquem por terra não só suas leis e sua falsa justiça, mas também a base econômica que o sustenta. Não haverá mudanças decisivas para o povo brasileiro enquanto os monopólios financeiros (que, em plena crise, apresentam lucros de 700% ao ano!) continuarem mandando na economia do país, os monopólios comerciais controlarem a circulação de mercadorias e os monopólios industriais a produção nacional. Reafirmamos nosso compromisso com a construção de um novo poder, baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construirmos uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Essa é a sociedade que os trabalhadores sonham e que desde hoje nossa luta prepara.

11 — A LUTA DOS TRABALHADORES É A MESMA EM TODO O MUNDO

No plano internacional, somos solidários com todos os povos que lutam por sua libertação. Nesse momento, essa luta adquire particular importância na América Central e na África Negra, assim como a luta do povo palestino pelas reconquistas de suas terras.

O PT apóia a luta das trabalhadoras de todo o mundo. Cumprir ressaltar nesse momento a luta dos trabalhadores da Polônia pelo aprofundamento do socialismo e pela democratização dos processos de decisão naquele país. Temos claro que a libertação de nosso povo depende também da luta internacional dos trabalhadores.

Defendemos, ainda, uma política externa independente com o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países socialistas. Somos contra que o Brasil mantenha relações diplomáticas com o Estado racista como a África do Sul e com a ditadura de El Salvador, e se negue a manter relações com Cuba, Albânia, Vietnã ou Coreia do Norte.

Os trabalhadores e os povos oprimidos de todo o mundo lutam contra a opressão e a exploração. No entanto, a libertação só vai ser efetivamente concretizada com a construção do socialismo.

12 — SÓ O SOCIALISMO RESOLVERÁ DE VEZ OS NOSSOS PROBLEMAS

Desde sua fundação o PT afirmou o compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista. E isto porque, tendo nascido da luta dos trabalhadores o PT desde o início percebeu que os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário. Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações.

As medidas que apresentamos acima não são suficientes, ainda, para que o nosso povo se desenvolvesse nesse sentido, e evoluisse assim para um estágio superior de civilização. Mas são, sem dúvida, um primeiro e importante passo para o socialismo que queremos.

As relações de amizade que o Brasil deve ter com os povos que lutam pela democracia e pelo socialismo não significam, entretanto, que possamos importar de qualquer um desses países uma fórmula pronta de socialismo. Nosso socialismo será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia a dia e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos.

NOSSA VEZ, NOSSA VOZ: QUEM DECIDE SOMOS NÓS.

O PT veio para mudar o Brasil. Começamos já. Onde o PT ganhar prefeituras ou governos estaduais, esses postos serão colocados a serviço da mobilização e organização das classes trabalhadoras. À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação popular organizada e autônoma, com poder de decisão na sua atuação política e administrativa. Para isso recorrerá a plebiscitos, assembleias, populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontrar.

CONFIE EM VOCÊ. VOTE NO PT

1.º de maio

Em busca da unidade política

Sob as bandeiras da pró-CUT, procura-se realizar em S. Paulo um 1.º de maio descentralizado geograficamente, mas com bandeiras políticas comuns.

Por Antonio Nahas Jr.



Em anos anteriores, a realização do 1.º de Maio em S. Bernardo era automática. A pujança das lutas naquela região não deixava margem a nenhuma dúvida. Em 1981, quando não houve mobilizações grevistas no ABC, tivemos a realização de dois atos no 1.º de Maio em São Paulo, sem nenhuma unificação política, tomando o caráter de uma disputa entre as duas manifestações.

Agora, esta questão volta a se colocar. O movimento sindical, apesar de não ter perdido seu ânimo de luta, parece ter abandonado temporariamente a realização das grandes greves por categoria, optando por greves localizadas, por fábricas, procurando atingir objetivos específicos e bem medidos. A prudência, o passo medido é a principal característica deste momento.

Ao mesmo tempo que não existem grandes mobilizações grevistas, as articulações inter-sindicais demonstram enorme fraqueza. A pró-CUT, apesar de ter definido eixos de lutas nacionais comuns para o 1.º de Maio na sua última reunião, praticamente limitou a isso sua iniciativa para a organização desta data.

Num quadro como esse, que apresenta ainda rítmicas diferenciações políticas dentro do movimento sindical, como fazer para que o 1.º de Maio contribua para a solidificação de um sentimento unitário no movimento sindical, e para a organização do movimento operário?

A Comissão Sindical Única

Uma possibilidade neste sentido foi aberta pela Comissão Sindical Única de SP (CSU) que aprovou a realização de um 1.º de Maio na praça da Sé, baseado nos pontos aprovados pela pró-CUT: contra o pacote previdenciário; pelo fim do desemprego; pela liberdade e autonomia sindical; pelas liberdades democráticas. O ato terá como base de organização os sindicatos, responsáveis pela propaganda do evento nas suas bases.

No entanto, a CSU simplesmente não assumiu a última das palavras de ordem aprovadas até mesmo na pró-CUT: pela construção da Central Única. Isso poderá fazer com que deixemos de falar da CUT no 1.º de Maio, na importância de se consolidar a unidade pela base dos trabalhadores brasileiros.

Ao mesmo tempo, a CSU propôs às Federações a feitura de um boletim e um cartaz únicos, além de um jornalzinho alusivo à data. Com medidas como essa, atribui-se às Federações o papel de órgãos unificadores do movimento sindical, numa política oficialista, servil em relação a estrutura sindical. Passa-se às Federações o papel que deveria ser da pró-CUT ou de uma futura CUT.

A decisão mais importante tomada pela CSU foi a de procurar descentralizar a realização do 1.º de Maio. Menos por razões geográficas, mas acima de tudo para contornar a já evidente realização de vários atos no 1.º de Maio sem nenhuma unidade política, a decisão foi uma adaptação à realidade atual do movimento sindical.

Serão realizadas manifestações nesta data em todas as cidades ou municípios que assim o desejarem, e mesmo as palavras de ordem aprovadas nesta reunião, são suficientemente amplas para permitirem que cada uma das correntes de opinião acentue ou acrescente os temas que julgar mais apropriados, em torno dos eixos centrais.

A descentralização em São Paulo

Ao mesmo tempo, por outras razões, setores da ANAMPOS — Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições — basicamente os movimentos populares e oposições sindicais, tomaram a iniciativa de procurar realizar atos nas concentrações industriais da Grande São Paulo, em Osasco, englobando a zona oeste de S. Paulo, em Santo

Amaro, na zona leste e na região de Itaquera.

A iniciativa foi tomada com o objetivo explícito de esvaziar o ato da praça da Sé, mas, na conjuntura atual do movimento sindical, a regionalização pode permitir uma maior integração entre os movimentos regionais, uma maior massificação e contribuir para abrir espaço para alguma consolidação organizativa. Nas regiões onde for realizado.

A decisão incorre em alguns riscos sérios. Os eixos do 1.º de Maio foram definidos pela pró-CUT, que foi eleita num congresso operário. Suas diretrizes políticas, por isso, devem ser seguidas até mesmo por aqueles que tem divergências com elas. Num momento em que se prepara o 1.º Congresso das Classes Trabalhadoras, os setores classistas têm todo o interesse em divulgar as bandeiras da 1.ª CONCLAT até mesmo para criar condições políticas para estabelecer uma maioria no CONCLAT que se aproxima. Portanto, é necessário que os atos das regionais do 1.º de Maio se realizem também sob as bandeiras do pró-CUT.

Ao mesmo tempo, a decisão da CSU é suficientemente ampla para permitir que a realização de vários atos não tomem o caráter de disputa entre si. É perfeitamente possível estender o convite nos atos regionais para todos que quiserem participar e até mesmo que os organizadores destes atos regionais enviem representantes à praça da Sé.

Combinaria-se assim a descentralização geográfica com um esforço para que o movimento marche sob bandeiras comuns. Pois não seria correto utilizar a possibilidade de descentralização do 1.º de Maio para alimentar os anseios sectários e divisionistas que existem no movimento, ou a ansiedade de alguns que "não aguentam" conviver com reformistas. A idéia da unidade deveria estar presente, então em todos os atos pela palavra de ordem da construção da CUT.

O PT e o 1.º de maio

Durante o processo de preparação do 1.º de maio, ficou patente a desarticulação do sindicalismo autêntico. São Bernardo preocupou-se mais com sua realidade regional; a ANAMPOS popular tomou suas próprias deliberações e até mesmo sindicatos importantes, como o dos Bancários de São Paulo, optaram pela prudência ao tratar do assunto.

Este quadro de desorganização só pode ser compreendido pela ausência de um posicionamento do PT. Tivemos a grata surpresa, como petistas, ao vermos nas bancas o jornal do nosso partido, mas uma grande decepção ao percebermos que este jornal pouco trata da questão sindical. O 1.º de Maio sequer foi lembrado por este jornal.

Além disso, se a executiva estadual do PT se preocupou, e acertadamente a nosso ver, com o lançamento da candidatura de Lula prevista para 21 de abril, não voltou sequer um milímetro de sua atenção para a preparação do 1.º de Maio. Esta situação preocupa ainda mais quando vemos que aproxima-se a data dos ENCLATs e do CONCLAT, sem que passos significativos tenham sido dados para armar politicamente os sindicalistas petistas.

Esta omissão só pode ser fruto de uma orientação política determinada que busca, com argumentos muitas vezes sofisticados, manter de todas as formas o PT longe do movimento sindical.

Apesar de toda a verborragia que se possa levantar, procura-se conduzir o partido para a política institucional, sem que laços sólidos e democráticos com o movimento de massas tenham sido delimitados. A grande massa dos trabalhadores não é filiada ao PT ou a nenhum outro partido, e sua prática política é dentro das fábricas, ao viver a exploração cotidiana da sua força de trabalho, ou nos sindicatos, ao lutar organizadamente contra os patrões.

O PT nasceu de lutas como essas e delas construiu seu programa. Mas, se o partido se mantém longe das formas organizativas criadas pelo movimento de massas, se ele se mantém distante das lutas travadas pela classe operária, como pensa em organizar os trabalhadores para atingir suas reivindicações? Ou o programa do PT não é algo sério ou se pensa apenas na prática parlamentar.

Por estas razões, faz-se urgente uma definição oficial da executiva estadual sobre os encontros sindicais do PT para que questões como essas possam ser discutidas. (Antonio Nahas Jr.)

CONCLAT-82

Pró-CUT define as regras

Reunida no fim de semana em Brasília, a pró-CUT aprovou, entre outros assuntos, o temário e os critérios de participação para os ENCLATs e para o CONCLAT.

Tendo resolvido as palavras de ordem para o 1º de maio (fora o pacote da previdência; fim do desemprego; liberdade e autonomia sindical; pela construção da CUT), foi definido que a data-limite para a realização dos ENCLATs é 30 de junho. Seu temário, válido também para o CONCLAT, será o seguinte:

1 - Questão nacional e o avanço das lutas da classe trabalhadora;
a - análise da conjuntura;
b - atuação das entidades inter-sindicais na condução da luta dos trabalhadores;
c - plano de lutas;

2 - O movimento sindical — organização da CUT (a nível nacional e estadual);
a - carta de princípios;
b - estatuto;
c - relações internacionais;

3 - A questão internacional (avaliação da conjuntura internacional).

Os critérios de participação, também válidos, para o CONCLAT:

Categorias com base territorial de até 2.000: 2 diretores; 1 delegado de base;
até 10.000: 3 diretores, 2 delegados de base;
até 30.000: 4 diretores; 6 delegados de base;
até 100.000: 5 diretores; 10 delegados de base;
até 200.000: 6 diretores; 14 delegados de base;

Numa reunião em que o sindicalismo autêntico permaneceu todo o tempo em minoria, a pró-CUT tomou deliberações importantes para a próxima CONCLAT.



Os ganhos da 1ª CONCLAT estão cada vez mais ameaçados pelas decisões da pró-CUT

mais de 200.000: 7 diretores; 18 delegados de base;

Comparando com os do ano passado, os critérios atuais levarão a uma significativa diminuição do número de delegados, já que praticamente reduzem pela metade o número de participantes nas diversas faixas numéricas.

Além disso, ficou aprovado que as federações e confederações podem enviar até sete delegados por diretoria. As entidades de funcionários públicos registradas têm direito a um delegado por diretoria e os delegados de base na mesma proporção dos sindicatos, mas com base no número de associados. As entidades nacionais do fun-

cionalismo terão direito de enviar até três delegados por diretoria.

Previdência Social

Sobre a Previdência Social, a pró-CUT resolveu aderir às propostas aprovadas na última reunião da CNTI, realizada em 28 de março, que optou pela realização de uma caravana à Brasília no dia 2 de junho e por uma manifestação pública em frente ao Congresso Nacional. Nota-se cada vez mais uma tentativa dos pelegos e reformistas de envolver a pró-CUT com as confederações e federações, buscando construir "por cima" uma Central Sindical.

Um dado até certo ponto ridículo da reunião, foi a pró-CUT ter resolvido não votar uma moção de apoio e saudação à comissão de fábrica da Ford. A moção tinha sido apresentada na reunião anterior; alegou-se falta de informação e foram solicitados maiores esclarecimentos, que foram dados nesta reunião por Jair Meneguelli, presidente do Sindicato de S. Bernardo. Mesmo assim, a maioria pelega leva a pró-CUT ao ponto de não saudar, não se importar com o avanço da organização de base dos trabalhadores.

Isto tudo deve fazer todo mundo abrir o olho: tudo indica que os reformistas estão satisfeitos com a maioria que conseguiram na pró-CUT, e estão fazendo corpo mole na preparação da CONCLAT. Procuram também reduzir o número de delegados para poder melhor controlá-la. É hora de começar a acelerar a preparação do sindicalismo classista nos ENCLATs, abrindo ao máximo esta discussão.

O movimento do funcionalismo paulista Maluf não terá sossego

Desde a greve de 1980 do ABC, as paralisações gerais por categoria atingiram um certo limite. A fraqueza da organização de base, combinada com a incipiência das organizações inter-sindicais levava a que, particularmente num momento de crise econômica, se tornasse cada vez mais difícil arrancar conquistas dos patrões. O limite das greves por categoria foi novamente evidenciado na greve do funcionalismo: um setor que, além de não estar ligado diretamente à produção, tem como patrão o próprio governo.

Pelo seu caráter de enfrentamento direto ao governo, esta greve exigia, além da solidariedade ativa dos demais trabalhadores, uma direção sindical forte e a unidade do próprio funcionalismo. No entanto, estas condições estiveram ausentes deste movimento. A semelhança da greve de 1979, o movimento restringiu-se aos funcionários da Secretaria de Saúde do Estado e do município e ao professorado.

A comissão de mobilização, constituída no Encontro de Servidores Públicos realizado em fevereiro e transformada em Comando de greve logo após a sua deflagração, revelou-se um comando fraco. Não conseguiu, apesar de sua combatividade e disposição de luta, constituir-se como direção na prática, revelando pouca capacidade de organização. Sequer manteve os grevistas informados do andamento do movimento: nenhum boletim de greve circulou durante a semana de paralisação. A própria

Faltou maior unidade aos servidores e uma direção sindical com mais experiência e disposição. Mas é possível dar continuidade à luta.

Luci Ayala



A passeata dos servidores durante a greve

FEPASP, que demonstrou-se democrática e combativa, não tinha experiência acumulada para sustentar o movimento.

Mesmo os setores mais homogêneos do funcionalismo, como os professores, não responderam às exigências do movimento: as regionais e sub-sedes não funcionaram. O Conselho de Representantes, transformado em comando geral da greve dos professores, reuniu-se apenas duas vezes durante o processo grevista. A diretoria da APEOESP, desde o início dos trabalhos foi reticente quanto ao processo de unificação com os servidores e, na prática, não jogou a estrutura da entidade na sustentação do movimento.

A categoria exigia, assim duas condições básicas para lançar-se à luta: unidade e organização. Estas condições não estavam dadas e fazia-se necessário um trabalho de preparação, acumulação de forças.

Paralisação de protesto

Apesar da greve não ter obtido nenhuma conquista significativa, as lideranças reunidas na comissão de mobilização avaliam que não há um sentimento de derrota na categoria, embora o efeito da volta ao trabalho seja

diferenciado em cada um dos setores que participaram da greve.

Os Servidores da Secretaria de Saúde, que apostaram na obtenção de vitórias econômicas e chegaram a paralisar 90% da categoria só concordaram em suspender a greve por não contarem com a adesão dos demais setores do funcionalismo. Sem estas conquistas, o movimento poderá sofrer um certo refluxo, caso não haja propostas de continuidade.

No professorado, onde a paralisação foi eminentemente política, já se aponta uma alternativa de continuidade do movimento.

A única proposta de continuidade existente até agora, centra-se na retirada integral dos vencimentos do funcionalismo do Banco do Estado, o BANESPA, assim que este for recebido, proposta de viabilidade discutível e eficácia duvidosa.

A comissão de mobilização deve retomar a perspectiva de mobilização, cumprindo as deliberações da assembléia do dia 26, que aprovou como indicativo um calendário de lutas que apontava para paralisações relâmpagos, por setor, que aumente a pressão sobre o governo, com o mínimo de desgaste para a categoria. Os professores já aprovaram uma paralisação de protesto para o dia 14 de maio — dia em que Maluf afasta-se do governo em função de sua campanha eleitoral.

É isso que os servidores esperam de suas direções: maior organização e continuidade da luta. Se depender deles, é certo, Maluf não terá sossego.

Metalúrgicos de São Bernardo

Não se pode voltar ao passado

O impasse da campanha salarial dos metalúrgicos do ABC faz voltar a imagem das greves por fábricas de 1978. Contudo, a situação atual é bem mais complexa e exige respostas políticas mais profundas.

Por Régis Moraes

As negociações entre a Federação das Indústrias de S. Paulo (FIESP) e os metalúrgicos do interior chegaram, nesta semana, a um impasse revelador.

A Federação dos Metalúrgicos, órgão de cúpula que arrasta consigo 30 pequenos sindicatos do interior, acertou um acordo com os patrões: 5% acima do INPC, a título de aumento-produtividade para as faixas salariais mais baixas, e escalas menores para as faixas salariais mais altas, além de um piso salarial (salário-mínimo de categoria) de Cr\$ 25.780. Mas o acordo ainda não foi assinado formalmente, por razões de ordem econômica e política (ver artigo nesta página).

Os "sindicatos dissidentes" (ver ET anterior) não aceitaram o acordo, com exceção de S. Caetano, dirigido por um conhecido fura-greves, João Lins, e de Sto. André, ainda sob intervenção do Ministério do Trabalho. O sindicato metalúrgico de Sta. Barbara D'Oeste, para cuja base o acordo significava uma boa base de negociação, em vista das condições atuais de salário e trabalho, fez assembleia e os trabalhadores recusaram o acordo "por uma questão de honra e solidariedade" com o restante do "bloco".

São Bernardo, o centro piloto do movimento, realizou assembleias nesta semana. No domingo, o Estádio de Vila Euclides recebeu cerca de 6 a 7 mil trabalhadores, um número expressivo, se comparado com as reuniões de outros sindicatos, inclusive maiores, como o dos metalúrgicos da capital, mas bastante pequeno se comparado com a tradição de São Bernardo. Na sexta-feira e no sábado, as assembleias foram também reduzidas.

As propostas saídas de S. Bernardo incluem: a) não realizar horas-extras até o julgamento do dissídio (20/4, na melhor das hipóteses); b) preparar manifestações no dia do julgamento do TRT; c) continuar as reuniões por fábrica e preparar paralisações por empresa "como em 1978"; d) realização do IV Congresso Metalúrgico e do ENCLAT local, como formas de preparar melhor a organização dos operários; e) paralisações no dia 16/4 (uma hora) em protesto contra o julgamento dos sindicalistas enquadrados na



Passeata na Ford quando da conquista da estabilidade de 120 dias e da comissão de fábrica.

Lei de Segurança Nacional; f) levar as propostas e o método de luta de S. Bernardo para as outras categorias "ainda que suas direções não aceitem".

Diferenças com 1978

Na linha de atuação da nova diretoria, a greve por fábrica está sendo apontada

como "a saída que temos". Ela será preparada pelas reuniões por fábrica, pela discussão de problemas internos às empresas ao lado das gerais e pela participação nos enfrentamentos cotidianos, como as eleições da CIPA e das cooperativas das grandes empresas. Deste último caso, os diretores citam, com orgulho, o exemplo da Mercedes-Benz, onde os operários elegeram, apesar das pressões e manobras da empresa, uma diretoria apoiada pelo sindicato.

Como já dissemos anteriormente, a recomposição do movimento metalúrgico em S. Bernardo tem passado, nos últimos meses, por uma série de lutas duras, moleculares e localizadas. Contudo, é um pouco forçado dizer que se trata de "repetir 1978". Afinal, as condições são novas: mudou a conjuntura econômica, política e sindical, e não apenas ao nível local. Mudou igualmente a FIESP.

O avanço político dos ativistas de S. Bernardo é algo inegável e mesmo entusiasmado. Contudo, a sua possibilidade de contagiar o restante do

movimento sindical está apenas começando. A rotina de mobilização e trabalho permanente de base alcançou já uma série de categorias. Mas ainda não foi suficiente para varrer a sagrada aliança pelegos-reformistas-governo-patrões.

Além disso, em alguns casos, o avanço político e o enraizamento dos hábitos de auto-organização nem sempre andam juntos. Aliás, por vezes há perigosas dissociações. Exemplos disso, embora não definitivos nem fatais, foram as intervenções de alguns sindicalistas da antiga equipe de S. Bernardo na assembleia da categoria que apontaram para o fato de que "só com o socialismo se resolverá o problema da classe trabalhadora". Os operários, com uma certa "ingenuidade esperta", perguntavam: "bem, e nesta situação concreta, como agir para não sermos desmoralizados, resistir e avançar?" Afinal, não será verdade que no sindicalismo que praticamos já existe uma semente do socialismo que queremos?

Em 1978, a eclosão de greves por fábrica, em grande número, deu condições para que o sindicato forçasse uma negociação com a FIESP, assinando um acordo vantajoso, extensivo a toda a base. É evidente que, nas condições atuais, essa evolução se fará com muito mais dureza. E as duas ondas de desemprego — a real e a manipulada politicamente — impõem medidas mais avançadas, das quais a greve da Ford foi apenas o começo: fazer greve e ocupar a fábrica. Atitudes como essa porém implicam uma enorme responsabilidade e a certeza de poder contar com uma generalização do clima político a outras categorias e setores sociais de todo o país.

Por todos esses motivos, ao lado do trabalho metódico e permanente dentro de sua base, os politizados metalúrgicos de S. Bernardo têm a responsabilidade de agir sobre o conjunto do movimento sindical e popular nas suas direções e nas suas bases. As correntes intersindicais existentes (a ANAMPOS, por exemplo) estão preparadas para esse desafio? E o PT? Disso depende, em grande parte, o futuro do movimento sindical brasileiro, neste ciclo recessivo e no eventual momento seguinte de retomada da expansão industrial.

A estratégia contra São Bernardo

A Federação dos Metalúrgicos acertou um acordo com a FIESP. Isso é confessado publicamente. Porém não o assinou. Isto também é público. E os motivos, igualmente públicos, são muito reveladores.

Assinar o acordo significaria dar chance a que o Tribunal do Trabalho, no julgamento do dissídio envolvendo os dissidentes, entendesse a estes últimos, no mínimo, os itens assinados pela Federação. Do "simples" ponto de vista econômico, a FIESP pretende ser menos "generosa" com os "rebeldes".

Mas há motivos políticos mais profundos. Politicamente interessa à FIESP e ao pelego da Federação, Argeu Egídio dos Santos, "dar uma lição" em S. Bernardo, para que não corrompa a carneirice patrocinada pela

Federação. O coordenador do Grupo 14 da FIESP, empresário Roberto Dela Manna não poderia ser mais claro: "É uma questão de estratégia tanto da FIESP quanto da Federação dos Metalúrgicos ou de ambos. Não podemos jogar pela janela um acordo com os 32 sindicatos que a Federação dos Metalúrgicos representa — e esses sindicatos tiveram uma atitude que nós, empresários, achamos correta. Se falharmos com a Federação, não teremos mais sua credibilidade. É um compromisso que temos".

Imagine-se o peso dessa manobra em muitos pequenos sindicatos do interior, que muitas vezes se submetem à Federação e ao governo não por serem "traidores" ou puramente pelegos, mas pelo medo de não sobreviver.

No início de março, os trabalhadores nas minas de carvão do distrito de Rio Maina, município de Criciúma, foram às urnas tentando mudar a direção de seu sindicato, há anos nas mãos de prepostos dos empresários do setor. A rigor, esse sindicato goza de existência ilegal pois funciona paralelamente ao de Criciúma. Foi criado em 1962, na gestão do então ministro do Trabalho Franco Montoro, atendendo aos interesses dos empresários, que desse modo pretendiam dividir e desarticular o movimento operário em crescente agitação. Uma interpretação bastante "imparcial" da própria CLT dos patrões, que determina ser ilegal a existência de dois sindicatos de uma única categoria no mesmo município.

Nas eleições deste ano, a chapa 2, de oposição, cometeu alguns equívocos de campanha e analisou mal o peso de cada uma das minas, em termos eleitorais. E sofreu uma grave derrota: dos 2107 votos registrados, a situação, liderada por Dalci Schaucoski, logrou 1202 votos, enquanto a oposição, liderada por João Alves, obteve somente 765. Evidentemente, como de costume, valeu tudo, com chantagens da parte patronal à oposição e vantagens oferecidas à situação. A coisa chegou até às emissões

de rádio e TV, pertencentes ao grupo Freitas, da Carbonífera Criciúma.

O candidato da situação, Schaucoski, foi várias vezes ao microfone denunciar uma "mobilização estranha à categoria", seguido de comunicados atenciosos pedindo aos operários associados que passassem pela sede do sindicato para "apanharem as bolsas de estudo a que têm direito". A mobilização "estranha e terrível" era o apoio do PT e da Pastoral Operária à oposição, apoio aliás bem discreto, para evitar (de uma forma bem discutível, aliás) as denúncias de "infiltração política". Não faltou quem comentasse: desde quando um Partido dos Trabalhadores e uma pastoral operária são "estranhos" aos mineiros?

Greve nas minas

Na segunda semana de março, os mineiros da Carbonífera Prospera, estatal, decidiram paralisar o trabalho, diante da negativa da empresa em cumprir a convenção coletiva assinada em dezembro entre o Sindicato Nacional das Indústrias de Extração do Carvão e os cinco sindicatos de trabalhadores da bacia

carbonífera. A greve não visava unicamente pequenas diferenças percentuais, que efetivamente existiam. Uma razão importante é que "se aceitarmos a proposta da Prospera, jamais firmaremos qualquer outro acordo", segundo declarou o presidente do sindicato dos mineiros de Criciúma, Lourival Espindola.

Espindola estava certo. Em abril/81, os mineiros da Prospera pararam pelo mesmo motivo. E, depois de três dias, ganharam, junto ao TRT de Curitiba, a legalidade da greve, cumprimento integral da convenção e o pagamento das horas paradas. Neste ano, o novo TRT, recém criado em St. Catarina, votou contra o movimento e determinou o retorno imediato ao trabalho.

Diante desse fato, os mineiros resolveram voltar ao trabalho. Preocupados com a possibilidade de nova intervenção do Ministério do Trabalho, eles procuram agora reorganizar suas forças para poder repetir, em melhores condições, a paralisação que em menos de seis horas levou cerca de 1500 trabalhadores a cruzarem os braços, deixando na cidade um agrado "triste e polonês".

Santa Catarina Aprender com os recuos

Logo após a estrondosa greve das costureiras e tecelões, com resultado amplamente vitorioso, agora em março duas derrotas se registraram no movimento operário de Sta. Catarina.

Por Nei Manique

São Paulo

Abrindo novos caminhos

O Dia Internacional da Mulher não teve congresso este ano em São Paulo.

No entanto, as perspectivas de continuidade são maiores e mais promissoras que nos anos anteriores. Estão sendo preparadas três semanas de luta e de discussão sobre quatro temas em que o movimento de mulheres tem trabalhado: a violência sobre a mulher, a sexualidade, as creches e a discriminação no trabalho. Aqui, quatro participantes da comissão que organiza estas Semanas analisam as mudanças e os rumos do movimento de mulheres no centro mais expressivo da sua evolução.

Por Marília Carvalho



Vera Soares, da Comissão de Mulheres do PT: Nos anos anteriores nós fizemos congressos, que tinham como objetivo fundamental as mulheres terem um espaço para discutirem suas questões. A gente tentava cobrir todos os temas que achava importantes. Este ano, nós fizemos uma proposta de comemorações descentralizadas, terminando com aquela comemoração que foi uma apresentação dos nossos trabalhos. Não existiu um momento para um pensar sobre aqueles temas. Então, eu vejo a proposta das semanas como um momento de você retomar, colocar propostas de mobilização das mulheres, propostas de organização em cima destas questões e ao mesmo tempo incentivar e agitar estes temas para o conjunto das mulheres. Para mim, estas semanas têm uma qualidade diferente dos outros anos, em que passávamos dois dias conversando e o que ficava depois?

Tereza Verardo, do grupo Sexualidade e Política: Eu acho que o movimento estava até agora com uma função didática, de levantar todas as bandeiras referentes às mulheres e, no entanto, essas bandeiras quase não eram trabalhadas. No 8 de Março, a gente apresentou um trabalho e as semanas significam isso também: nós vamos apresentar novamente um trabalho, no sentido de divulgá-lo e chamar mais gente para se integrar nele. Há uma mudança de qualidade.

Vera: Outra coisa é que o 8 de Março em cada local foi comemorado do jeito que as mulheres conseguiram se organizar e fazer, com seu grau de eficiência, com seu grau de organização. Nos outros anos não, a gente precisava de uma coordenação central que propusesse, que organizasse. Eu não tenho uma avaliação de cada local — certamente há críticas a fazer — mas acho que foi um saldo para as pessoas que conseguiram se organizar e fazer. Penso que deve ser assim também nestas semanas: que lá, onde as mulheres moram, onde as mulheres trabalham, elas possam se organizar da sua maneira ou até reproduzir experiências como o SOS.

Raquel Moreno, do SOS Mulher: Também a forma diferente do 8 de Março foi importante. Tanto é assim, que o pessoal de vários locais — da Zona Leste, de Mauá — está pedindo que a gente leve pra lá algumas das coisas que foram apresentadas. E estão pensando, em cima disso, em mudar a forma "congresso". Tentar extrair coisas das pessoas, puxar

que as pessoas falem sobre uma determinada pauta, acaba sendo cansativo e muito diretivo na maior parte das vezes. Conseguimos uma maneira mais solta e mais gostosa de falar sobre a gente mesma, todo mundo se identificando mais.

Semana contra a violência

— Bem, e o que está sendo pensado para a primeira semana, contra a violência?

Raquel: A semana começa com um debate, que nós vamos tentar fazer o mais informal possível. É preciso refletir sobre a violência e é preciso que a gente possa misturar as várias coisas: a reflexão, a vivência, o resultado do nosso trabalho. No decorrer desta semana vamos levar a peça do SOS sobre violência em todos os bairros da periferia onde for solicitado. Vamos tentar passar alguns filmes sobre essa questão. Vai ter um "domingo no parque", onde a gente vai apresentar uma série de coisas a respeito da violência: vai ter barraquinha, som, teatro, discussão sobre vários temas. E a gente pretende terminar com um grande show com artistas fantásticas, maravilhosas — que ainda não sabem vão fazer este show pra nós — porque o SOS está precisando urgentemente de um telefone.

Nilza Iraci da Silva, do Tribunal Berta Lutz: Vai ser também o momento de colocar uma abertura para temas que até agora não foram discutidos: a violência cotidiana, a violência sutil que a gente normalmente não encara como violência.

Desemprego gera violência

— Como se coloca o problema da violência sobre a mulher hoje, diante do quadro de crise econômica, desemprego etc?

Raquel: No começo — começamos em outubro de 1980 — as mulheres apareciam dizendo que apanhavam anos a fio e continuavam apanhando porque elas dependiam economicamente do marido. Não trabalhavam fora e o mundo lá fora seria muito mais discriminador do que aquela violência de casa, da qual ela mais ou menos sabia os limites. Aí, com a crise, a grande parte das mulheres que aparecem faz bicos, sustenta a casa, o marido está desempregado. E o marido se sente mais diminuído com isso e aumenta a violência sobre ela. Essa violência conjugal

acaba sendo permitida, tolerada, incentivada até como válvula de escape das tensões.

— E quem está promovendo estas semanas?

Nilza: Existia uma comissão que fez o 8 de Março, existiam grupos que trabalham estes temas há mais tempo e existem pessoas que participaram do 8 de Março e que vieram engrossar o grupo (e não são poucas).

Raquel: A comissão é uma coisa muito aberta e eu acho que já era hora de se fazer isto, desde que se tenha clara a questão da autonomia do movimento de mulheres. E está na hora de constituir o movimento realmente como um movimento, onde as pessoas possam circular pelos diversos trabalhos sem ter que se nomear e se encastelar dentro de uma entidade só.

Carta de princípios

Vera: Nos outros anos, nós tínhamos sempre uma coordenação formada de entidades. O que nós compreendemos este ano é que as pessoas que se diziam representantes de entidades, de fato representavam elas mesmas e não uma discussão, um trabalho acumulado das entidades. A gente ficar um pouco livre da representação formal foi uma das amarras importantes que conseguimos nos livrar. Colocar pessoas que de fato estão interessadas no movimento e são estas pessoas que vão deliberar como vão ser feitas as coisas. Eu não sei se é uma proposta acabada. Durante a preparação do 8 de Março deu pra sentir alguns problemas que isso traz. Muitas vezes nós tínhamos reuniões com 20 pessoas que deliberavam, na reunião seguinte tinha outras cinco pessoas diferentes e nenhuma das anteriores. Foi um pouco difícil definir a continuidade.

Tereza: Neste sentido, foi importante o fato da gente ter feito uma carta de princípios, embora ninguém gostasse desse nome. Ficou claro que quem estava ali concordava com um conjunto de idéias, por mais gerais que sejam, com relação à concepção do movimento, o tipo de organização necessária, a autonomia. Quando você pergunta quem está organizando a semana, eu diria que são mulheres que têm uma identidade com relação a uma avaliação hoje do movimento, têm uma visão de por onde passa esse movimento. Tem mulheres que estão em entidades, mas isso não é o que define.

Vitória no SOF

Está com nova direção a entidade que foi a pioneira e tem um trabalho mais amplo no campo da sexualidade junto às populações da periferia em São Paulo. O Serviço de Orientação à Família (SOF) foi fundado em 1963 e se constituiu num dos primeiros centros de atendimento à mulher a partir de uma orientação feminista. Além de atendimento médico, ginecológico e psicológico, o SOF promove reflexões sobre pré-natal, controle da natalidade, educação dos filhos e sexualidade. A grande maioria das pessoas atendidas são mulheres que se tornam sócias e passam o atendimento para toda a família. Hoje, o SOF congrega cerca de 4.500 sócias ativas, participantes.

A chapa 2, eleita recentemente por diferença de um voto, tomou posse no dia 1º de abril após um processo complicado de disputa política. A posse, inclusive, só foi garantida através de um processo no judiciário.

Entre os motivos que geraram a divisão estava a sub-representação na diretoria do trabalho na zona leste (O SOF, apesar de ter uma diretoria única, tem duas áreas bem definidas de atuação, a zona leste e sul de São Paulo). Além disso, apesar de ser responsável pela arrecadação de 50% da verba da entidade, o pessoal da zona leste tinha acesso a apenas um quinto dos gastos. Uma tentativa de composição paritária da diretoria pelas trabalhadoras da zona leste foi feita mas não se conseguiu evitar a divisão e o acirramento da disputa.

Com uma orientação feminista mais profunda, mais atenta à democracia da entidade a chapa 2 parece com condições de dar um bom impulso no trabalho da entidade que é hoje, no campo do feminismo, uma das mais importantes de São Paulo e do país.

III Congresso do Movimento Negro Unificado

O avanço da consciência negra

O Movimento Negro Unificado realiza nos dias 9, 10 e 11 de abril em Belo Horizonte o seu III Congresso. Vão se reunir delegados e convidados especiais do MNU do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas, Brasília, Pernambuco, Alagoas, Maranhão e, possivelmente, outros representantes ainda não confirmados.

Militantes e convidados enfrentarão a tarefa de analisar e discutir os trabalhos desenvolvidos em 1981 e ajustar a linha política para este ano que é, sem dúvida, de fundamental importância para o conjunto dos oprimidos no Brasil. A pauta do III Congresso inclui a avaliação do MNU, seu programa de ação, a questão organizativa, o regimento interno, o racismo e a sexualidade, as eleições e finalmente, os informes gerais sobre o III Congresso da Cultura Negra das Américas, a ser realizado este ano.

Pode-se dizer que o ponto mais delicado da pauta será o da discussão e reajustamento da linha política do movimento. Nesta discussão, deverá transparecer com mais clareza os objetivos do MNU enquanto movimento de oprimidos, seu compromisso primeiro com a comunidade negra e a combinação da luta contra o racismo e pela superação da sociedade de classes.

Além disso, considerando a dimensão do Brasil e as peculiaridades regionais, elaborar uma política nacional abrangente e flexível é problemático. Há dentro do MNU, como de resto em todos os movimentos políticos dos oprimidos, uma surda

Será realizado nos dias 9, 10 e 11 de abril em Belo Horizonte o III Congresso do MNU. Um marco importante para um movimento que procura superar o estágio de resistência.



*qual o sorriso de um feto,
lutando pela vida...*

*qual o roubo da alegria
lutando contra o
ódio...*

*... no dia a dia
ela é o original
desta história
escondida...*

*... em cada
veia ainda há
muito que contar*

Angela

G.T. Mulheres

Movimento Negro Unificado-M.G.

discussão sobre as prioridades da luta política, expressando diversas formulações de cunho regionalista ou particularizadas que deverão ser discutidas criticamente e harmonizadas.

Para ficar num exemplo, o gravíssimo problema do desemprego no sul que oficialmente aponta dois trabalhadores desempregados em cada dez nos centros urbanos não é menos grave que o "não emprego" no nordeste. No imediato, a "cura" do desemprego no sul, se for tentada dentro do atual modelo político e econômico, significará a permanência do esvaziamento econômico do nordeste. Por outro lado, uma luta mais ampla por uma distribuição da renda

nacional, para corrigir desníveis regionais, colocaria o movimento numa luta "apartada" do cotidiano e da conjuntura.

Por outro lado, desde o primeiro congresso, que a questão da discriminação e opressão da mulher negra e dos homossexuais vem sendo discutida. Das conclusões e orientações até hoje levantadas, os resultados ainda são fracos. Por isso, o III Congresso vai tentar aprofundar a questão, discutindo a interligação do racismo e da sexualidade.

O avanço da consciência negra

Ano passado, no II Congresso, partidos políticos e eleições

foram debatidos à exaustão. Porém, a plenária não se convenceu da eficácia das propostas apresentadas, rejeitando todas, principalmente diante da conjuntura de incertezas e flutuações de então. A situação política eleitoral será o ponto de partida para a busca de meios de ação que ampliem a luta da comunidade negra no âmbito parlamentar e partidário.

O Movimento Negro Unificado, de acordo com a maioria de seus militantes, está muito aquém do que deveria e das conquistas imediatas perseguidas. Contudo, é negável que o MNU e o movimento negro em geral chegam em 1982 mais fortalecidos, com a sua luta le-

gitimada pela comunidade negra e pelos setores avançados da sociedade civil.

Há quatro anos, quando propusemos transformar o 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi, no Dia Nacional da Consciência Negra, a luta contra o racismo era tida como uma "particularidade" que teria pouco a acrescentar à luta geral dos oprimidos. Hoje, a situação é bem diferente. Diversos setores da sociedade — desde os partidos políticos até a Igreja Católica — reconhece a legitimidade da luta dos negros. A criação do "Memorial Zumbi", a Missa dos Quilombos, a inserção de reivindicações negras nos programas políticos dos partidos constituem conquistas e vitórias do MNU e do movimento negro em geral.

No quadro político e econômica de profundas desigualdades no Brasil, as pesquisas do IBGE recém divulgadas confirmam a "desvantagem maior sofrida pela comunidade negra". Como toda ideologia tem uma base real, o racismo deixa de ser mera sobrevivência do passado para ganhar o contorno de um discurso do poder que escamoteia o processo de exploração e expropriação da comunidade negra, a quem é negada uma qualidade mínima de vida.

Daí a importância e as enormes responsabilidades do III Congresso Nacional do MNU. Ele significa a consolidação de uma prática nacional que vai refletindo a passagem de um movimento que procura superar o estágio de resistência para o de avanço histórico, somando contribuições para a transformação.

ARGENTINA

O TYSAE é uma entidade que reúne nos diferentes países em que os argentinos estão exilados aqueles trabalhadores que, mesmo fora de seu país, continuam a luta contra a ditadura, pela recuperação dos sindicatos sob intervenção e pela independência política do movimento operário. Nele se agrupam diferentes tendências políticas e ativistas independentes.

A seguir, reproduzimos a análise e o posicionamento dos membros do TYSAE de São Paulo diante da mais nova manobra da ditadura argentina, o desembarque militar nas ilhas Malvinas.

1) — O colonialismo, resultado das necessidades econômicas, políticas e militares do imperialismo, é um inimigo que os trabalhadores de todo o mundo devem combater, apoiando sempre aos povos que lutam para libertar-se dele.

2) — No caso das ilhas Malvinas, usurpadas pelo imperialismo britânico em 1883, é desnecessário insistir sobre o direito da Nação Argentina recuperar a sua soberania num território geográfico e historicamente pertencente à América Latina.

A grande farsa do nacionalismo

3) — O governo das Forças Armadas que articulou o desembarque nas ilhas, não tem autoridade moral para assumir uma atitude anti-imperialista, desde que nos 6 anos de sua administração entregou o país ao capital financeiro e às multinacionais do imperialismo. Recentemente, a ditadura militar agora pretensamente anti-imperialista, tentou ditar uma lei que lhe possibilitasse vender o subsolo do nosso território.

4) — A covardia da oficialidade das Forças Armadas Argentinas, que durante seu governo sequestrou 30 mil pessoas, assassinou inocentes e indefesos, torturou homens, mulheres, velhos e até crianças, ficou mais uma vez clara ao desembarcarem 5 mil soldados para ocupar um território com 1.800 habitantes, defendido por 80 homens armados. Três dias antes, essas mesmas forças armadas colocaram 5 mil homens nas ruas de Buenos Aires para enfrentar uma manifestação de trabalhadores convocada pela central operária argentina, a CGT.

5) — Nós trabalhadores argentinos no exílio, achamos necessário sublinhar que o humilhante e desonroso papel da Grã-Bretanha,

neste caso não se explica pela sua indubitável decadência, mas sim pelo fato de ter negociado o desembarque, trocando umas ilhas já politicamente indefensáveis para a coroa por acordos e concessões que, embora não conheçamos hoje, temos a certeza foram assumidos pelos ditadores argentinos a troca da passividade dos ingleses para que esses heróis de opereta pudessem se mostrar como bravos nacionalistas (...)

6) — Alertamos que esta ação é um precedente para as Forças Armadas Argentinas repetirem o método no canal de Beagle, hoje em disputa com o Chile, puxando aos nossos povos à guerra.

7) — A operação de "recuperação" das ilhas foi levada a cabo como parte de um plano político de emergência, quando os militantes se esforçam por não perderem o controle da situação no país. O desembarque ocorreu 3 dias depois da mobilização de 15 mil pessoas convocadas pela CGT em frente à casa do governo, e no mesmo dia em que a outra central operária, a CNT, anunciava a sua decisão de convocar para uma greve geral.

8) — O aspecto político desse plano consiste em conseguir um acordo entre o governo e os partidos para que as Forças Armadas possam se retirar rapidamente do governo, mantendo porém o centro do poder e evitando que a pilhagem e os assassinatos destes anos sejam cobrados aos militares. Para isto, o Exército se propõe apresentar o general Galtieri como um herói popular e democrático, capaz de acaudilhar o conjunto do povo em torno de um projeto nacionalista. Galtieri seria assim o candidato único dos partidos para presidente da Nação, numas eleições que permitiriam, no próximo ano, que as Forças Armadas disfarçassem em sua retirada depois de ter afundado ao país na pior crise de sua história.

9) — Os trabalhadores argentinos, que sofreram a repressão, a desocupação, a miséria e a falta de liberdade, a intervenção nos seus sindicatos e a morte e sequestro dos melhores dos seus filhos, rejeitam e denunciam o plano da ditadura e advertem que os partidos políticos e os dirigentes sindicais que participem desta farsa serão marcados ao fogo pela classe trabalhadora. Em

consequência, denunciam os dirigentes dos partidos que depois do desembarque nas ilhas foram à casa do governo para cumprimentar Galtieri e os comandantes da junta.

10) — Nós trabalhadores e sindicalistas argentinos no exílio compartilhamos a alegria do nosso povo pela retirada do imperialismo britânico das ilhas Malvinas, ao mesmo tempo que remarcamos a nossa decisão de continuarmos lutando até a expulsão definitiva do imperialismo e seus agentes, que estão destruindo o nosso país e reprimindo nosso povo. Os trabalhadores rejeitamos o falso patriotismo dos torturadores e defendemos a unidade dos explorados latino-americanos no caminho da unidade continental.

Por isto tudo, o TYSAE convida aos trabalhadores e o povo brasileiro a dar o apoio às lutas da classe operária e ao povo argentino contra a ditadura, organizando palestras, reuniões, denúncias e comunicados que façam sentir aos nossos irmãos que a preparação da greve geral para acabar com a ditadura conta com o apoio do povo brasileiro.

TYSAE
São Paulo, 03 de abril de 1982

O plano de ação da Frente Mundial

“ Duas grandes exigências emanadas das atuais dificuldades por que passa a revolução salvadorenha são colocadas para o movimento de solidariedade internacional: o apoio político e o apoio econômico.

Propomos que para uma maior eficácia da ação concreta de solidariedade ao povo salvadorenho, a Frente Mundial adote três eixos normativos das atividades solidárias que estarão coordenadas pelo Birô Permanente através do Secretariado Executivo: as mobilizações de massa; as campanhas econômicas; as campanhas de imprensa.

As datas exatas destas atividades deverão ser elaboradas pelas forças locais de solidariedade, considerando as características de cada uma das mesmas nos distintos lugares onde venham a se realizar. Entretanto, em vista dos acontecimentos de 28 de março (eleições), propomos que a Frente Mundial se declare em estado permanente de alerta e, onde seja possível, se realizem atividades de solidariedade durante o mês de abril. Mesmo assim, propomos como uma data indicativa o dia 1º de maio como adequado para celebrar mundialmente eventos de solidariedade com a revolução salvadorenha sob os auspícios da Frente Mundial.

Também propomos como outra data indicativa para se realizar um ato simultâneo a nível mundial o dia 21 de Maio. Sugerimos que onde

seja possível se realizem manifestações frente às embaixadas norte-americanas e, se for realizável, uma grande manifestação frente à Casa Branca em Washington.

Em cada uma dessas manifestações, deverão ser colhidas a maior quantidade de assinaturas, tanto de organizações como de pessoas, protestando contra a intervenção imperialista norte-americana e exigindo a cessação de todo auxílio à junta genocida, assim como o respeito ao direito de autodeterminação do povo salvadorenho. Tais exigências, juntamente com as assinaturas, deverão ser enviadas imediatamente à Secretaria Geral da ONU e à Casa Branca, assim como ao secretário-geral da OEA e aos governos que intervenham em El Salvador.

A campanha econômica a nível mundial bem como a de divulgação deverão ser impulsionadas se possível em consonância com as mobilizações e manifestações, mas enfatizaremos que os detalhes e mecanismos concretos de sua realização deverão ser elaborados pelos Comitês e Organismos de Solidariedade locais e remetidos ao Birô para facilitar as tarefas de coordenação. Sugerimos ainda que se impulse o aumento da informação sobre El Salvador em todo o mundo, enfatizando-se os ensaios analíticos contra a intervenção imperialista e a produção de filmes, assim como o

pedido a todos os órgãos de imprensa do mundo para que dêem uma adequada cobertura à luta de libertação nacional do povo salvadorenho.

Propomos que a partir da aprovação deste Plano de Ação se declare a sua vigência e se proporcione ao Birô em um prazo não superior a um mês, os detalhes dos planos de ação concretos elaborados pelos comitês e organismos membros desta Frente Mundial.

Sugerimos que as atividades de solidariedade se unifiquem sob o seguinte lema: **Campanha Mundial Contra a Intervenção Imperialista em El Salvador e na América Central.**

Para levar adiante esta campanha é necessário agilizar a estrutura organizativa da Frente Mundial, enfatizando a comunicação rápida entre todos os organismos que conformem esta Frente.

Propomos:

- a — a criação de Foros Nacionais com suas respectivas comissões coordenadoras;
- b — estabelecimento de sedes regionais de coordenação que deverão ser decididas pelas forças e organismos locais de solidariedade e comunicadas o mais cedo possível ao Birô Permanente. Estas sedes funcionarão como centros de coordenação e impulsionamento da solidariedade.

c — celebração de uma primeira reunião mundial do Birô Permanente no dia 30 de maio em um local escolhido pela assembléia plenária.

O intercâmbio contínuo de informação e a comunicação constante deverão ser garantidos pelos organismos nacionais, levantando-se durante a celebração do Foro uma lista nacional para ser distribuída a cada delegação.

Devemos enfatizar que os planos concretos de ação deverão ser elaborados por cada um dos comitês e organismos de solidariedade que pertençam à Frente e orientados para ações unitárias. O Birô Permanente através de um secretariado Executivo coordenará a campanha mundial, de acordo com cada um dos membros desta Frente Mundial de Solidariedade com o povo salvadorenho.

Por último, sugerimos que cada membro desta Frente Mundial elabore o mais breve possível um projeto específico de ação caso ocorra a invasão massiva direta, comunicando-o ao Birô Permanente para facilitar a coordenação.

Ante a Intervenção Imperialista a solidariedade internacional dos povos.

Birô Permanente da Frente Mundial, proposto pela representação da FMLN e aceito por unanimidade pelos participantes do Fórum.

Presidente:

Dr. Bill Zimmerman, Presidente da Campanha pela Ajuda Médica para El Salvador, Sindicato de Atores de Hollywood (EUA)

Secretariado Executivo:

- 1) Lucia Pavletich, membro de COSALC (Perú)
- 2) Andrés Frabregas, presidente do CMSPS (México)
- 3) Heidi Tarber, coordenadora de CISPES (EUA)
- 4) Willie Rosenbou, coordenadora de Solidariedade da França

5) Ulf Vaur Karner, Comitê de Solidariedade da RFA

6) Silva Reyes, Comitê nicaraguense de Solidariedade com os Povos (Nicarágua)

7) Enrique Colon, presidente do Comitê Portorriquenho de Solidariedade com o Povo Salvadorenho (Porto Rico)

— José Maria Mohedano, presidente da Comissão de Direitos Humanos na Espanha (Espanha)

— Monsenhor Sérgio Mendez Arceo, bispo de Cuernavaca (México)

— Julio Escalona, secretário-geral da

Liga Socialista da Venezuela (Venezuela)

— Josefina Finders, presidente do Comitê de Solidariedade com o El Salvador (Holanda)

— Massoum Kassawat, OSPAL (Síria)

— Jorge Gallardo, ICAP (Cuba)

1) Comitê Peruano de Solidariedade com os Povos da América Latina e Caribe (COSALC)

2) Comitê Mexicano de Solidariedade com o Povo Salvadorenho (CMSPS)

3) Comitê estadunidense de Solidariedade com o Povo de El Salvador (CISTPES)

4) Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAL)

5) Instituto Cubano de Amizade com os Povos (ICAP)

— Jesus Escandel, Federação Sindical Mundial (Cuba)

— Sandy Polack, Conselho Mundial pela Paz (EUA)

— Duarte Villard, Coordenadora de Solidariedade com a América Latina (Portugal).

Aqui, o documento de constituição da Frente Mundial de Solidariedade ao povo salvadorenho.

Continuação da página 16

meta em uma nova aventura militar com toda a utilização de armas convencionais e químicas que isso implica, como sucedeu na injustiça e sangrenta guerra de agressão ao Vietnã.

Em especial, denunciaremos que a intervenção militar aneta dos Estados Unidos e/ou seus aliados em El Salvador se incrementa com a construção de bases militares no Golfo de Fonseca e em Honduras, as manobras da OTAN no Caribe; as ameaças contra Cuba e os infames ataques contra a Nicarágua, assim como a utilização do território panamenho por parte do governo dos EUA para o treinamento de forças punitivas especiais a serviço das ditaduras do continente, violando assim a soberania da república panamenha; tudo isso dirigido para a intervenção direta com tropas

preparadas atualmente pelos governos da Colômbia, Argentina, Chile, Venezuela, Paraguai e outras ditaduras ligadas ao imperialismo norte-americano; tudo isto implicando na regionalização da guerra em momentos de extraordinária tensão mundial, ameaçando diretamente a luta pela paz, que só poderá ser alcançada quando os povos realizem as transformações necessárias para eliminar as injustiças, a exploração e a opressão.

6 — Que o reconhecimento da FMLN-FDR como força política representativa feita pelo México e pela França, e respaldado por muitos outros povos e governos do mundo, fortalece ainda mais as forças que a nível internacional mantiveram posições contrárias à intervenção dos Estados Unidos e de seus aliados em El Salvador e, em conseqüência,

abre campo aos povos para instar seus países para que façam seu este reconhecimento e que defendam o direito do povo salvadorenho a sua auto-determinação, exigindo que seus governos peçam nos foros internacionais a retirada imediata de todos os assessores militares estrangeiros e a cessação de toda ajuda militar do governo dos Estados Unidos e seus aliados à Junta Militar Democrata-cristã.

7 — Que apoiamos a resolução do último período de sessões das Nações Unidas a respeito de El Salvador; as declarações do Movimento de Países Não-Alinhados; as conclusões da Conferência Continental pela Paz, os Direitos Humanos e a Auto-Determinação do Povo Salvadorenho realizada em Lima, no Peru; da Conferência Permanente de Partidos Políticos na América Latina, realizada em Managua, Nicarágua; assim como as declarações da plenária da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, de Genebra, Suíça, e ultimamente, a declaração do governo italiano apoiando a solução política negociada do conflito em El Salvador. Também nos solidarizamos com os importantes resultados da reunião celebrada recentemente em Maná-

gua das “Mulheres em defesa da soberania dos povos da América Central e do Caribe”.

8 — Que os governos democráticos do mundo e os organismos devem exigir o respeito aos acordos de Genebra de 1949 e 1954 que afirmam a regularização das condições dos feridos e dos enfermos no cenário da guerra; o tratamento dos prisioneiros de guerra e a proteção dos civis no período bélico; acordo que a Junta Militar democrata-cristã viola sistematicamente.

Que apoiamos a iniciativa da FMLN-FDR e de todas as forças democráticas e revolucionárias do mundo na exigência de uma solução política para o conflito em El Salvador, como as apresentadas pela Internacional Socialista e pelo presidente do México, respeitando os interesses fundamentais desse heróico povo. Portanto, rechaçamos a farsa eleitoral que o povo salvadorenho repudiou, considerando-a como mais um fracasso da Junta Militar Democrata-cristã e do governo de Reagan.

10 — Que o povo salvadorenho necessita urgentemente de toda a solidariedade do movimento popular democrático e revolucionário do mundo. Conclamamos a todas as

organizações políticas, religiosas e sociais a somar suas forças a grande corrente de solidariedade dos povos, organizando e promovendo a solidariedade com El Salvador. Diante da iminente intervenção massiva e direta do governo dos Estados Unidos e seus aliados em El Salvador, se faz cada dia mais imprescindível a solidariedade moral, social, econômica, política, militante e concreta de todos os povos do mundo, de todas as forças democráticas e revolucionárias, de todos os homens e todas as mulheres solidárias com a vontade férrea e indestrutível de todo um povo que hoje trava desigual e heróico combate pela vida e pela felicidade da Pátria salvadorenha através da revolução.

Portanto resolvemos:

1 — Constituir a Frente Mundial de Solidariedade com o povo salvadorenho e por em prática um plano de ação que responda a nosso histórico compromisso de solidariedade às necessidades da revolução salvadorenha.

2 — Convidar a todas as organizações políticas, sindicais, sociais e religiosas a subscrever e difundir o a presente convocação.

México, D.F. 28 de março de 1982

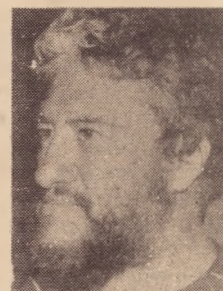
Denúncia

Hugo Blanco novamente ameaçado de morte.

A imprensa de Lima (Peru recebeu no início do ano um comunicado dando conta do surgimento do Comando Blanco, grupo terrorista peruano, que neste seu primeiro manifesto apresentou uma lista de lideranças populares que seriam executadas. O primeiro da lista é o deputado Hugo Blanco, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores.

Esta a “nova” forma de repressão política no Peru, aparece no momento em que os órgãos oficiais de repressão se desgastam frente ao povo pelos assassinatos de presos políticos que se encontravam em hospitais no Peru.

É necessário ampliar a denúncia deste fato e a solidariedade dos partidos e parlamentares combativos no Brasil, enviando cartas de solidariedade e de responsabilização do governo peruano por qualquer ato contra as pessoas ameaçadas. Cartas para a Câmara dos Deputados, Lima, Peru.



EL SALVADOR

Foi criado no dia 28 de março na cidade do México a *Frente Mundial de Solidariedade ao povo salvadoreño*. Saudado pela FMLN-FDR como a mais importante iniciativa de solidariedade internacional até agora realizado, o encontro é referência obrigatória para as atividades de apoio à revolução de El Salvador em todo o mundo. Em primeira mão no Brasil, **EM TEMPO** divulga as principais conclusões do encontro.

Por Carlos Henrique Arabe



A palavra de Bill Zimmerman, eleito presidente da Frente Mundial. A seu lado, o representante da FMLN, Arnaldo Bernal

Saudado pelo comando geral da Frente Farabundo Martí pela Libertação Nacional (FMLN) como o mais importante ato de solidariedade à revolução salvadoreña, reuniu-se na cidade do México, dias 26, 27 e 28 de março, o Fórum Internacional de Solidariedade com o povo salvadoreño. Este fórum foi convocado, com o aval da FMLN, pelo comitê mexicano de solidariedade, e conseguiu aglutinar, sob as bandeiras da não-intervenção americana em El Salvador e do reconhecimento da FMLN-FDR (Frente Democrática Revolucionária) como únicos e legítimos representantes do povo salvadoreño, centenas de delegados de organizações de solidariedade humanitárias, sindicais e partidárias de todo o mundo.

Mais de cem delegados do México e oitenta e uma delegações estrangeiras estiveram presentes. Entre estas citamos os Comitês Nacionais de Solidariedade com o povo Salvadoreño do México, EUA, Canadá, Inglaterra, França, Suíça, Alemanha Oc., Hungria, Holanda, Portugal, Austrália, Nicarágua, Cuba, Panamá, Honduras, Rep. Dominicana, Costa Rica, Porto Rico, Peru, Belize e Vietnã. Há que se ressaltar também a presença de delegados sindicais, com destaque para os representantes da Conferência Sindical Nacional do Cana-

dá, que enviou uma comissão a El Salvador a fim de verificar as condições em que se encontram os sindicalistas e militantes presos.

A principal resolução do Fórum foi a formação da Frente Mundial de Solidariedade com o povo salvadoreño. A Frente Mundial "é uma entidade coordenadora que estará composta por todas as forças solidárias que reconheçam à FMLN-FDR como os únicos e legítimos representantes do povo salvadoreño; que reconheçam os posicionamentos e projetos da FMLN-FDR e exerçam a mais ampla solidariedade, tendo em conta as condições concretas em cada país; que combatam os obstáculos que no campo internacional se opõem a este projeto, especialmente a política intervencionista do governo dos Estados Unidos e seus aliados". (Documento de Constituição da Frente Mundial).

Solidariedade Internacional

A constituição da Frente Mundial representa uma das formas mais avançadas de solidariedade militante já alcançadas por uma revolução em andamento. Ela é fruto dos avanços conseguidos pela FMLN, que ao colocar em cheque o domínio imperialista em El Salvador incentiva imediatamente a manifestação

solidária em várias partes do mundo contra o inimigo comum.

Mas é também fruto de iniciativas políticas e mobilizações de massa que tendem a crescer como resultado da crise econômica mundial e da política belicista do imperialismo americano. Um exemplo importante é a solidariedade nos próprios E.U.A. Hoje, os comitês de solidariedade a El Salvador se estendem a 300 cidades; já se realizaram duas marchas a Washington, sendo que a última, no dia 27 de março, com cerca de 50 mil pessoas em frente à Casa Branca. Esta solidariedade nos E.U.A. vincula a luta contra a intervenção americana em El Salvador, contra um novo Vietnã e contra os crescentes gastos militares, à luta por mais empregos e pelo aumento dos gastos sociais de interesse popular.

De outro lado, a Frente Mundial representa também uma vigorosa resposta ao imperialismo americano, num momento em que este passa a considerar seriamente a intervenção direta em El Salvador, como último recurso para evitar uma vitória revolucionária.

As recentes "eleições", realizadas em clima de guerra civil, onde quem não comparecesse para votar era considerado aliado da FMLN e, conseqüentemente, sujeito a execução sumária, ao contrário de abrir qualquer possibilidade de solução

das contradições vividas pelo povo, acirrará a guerra civil. Isto porque, ao lado do objetivo de ganhar legitimidade internacional para o regime militar-democrata-cristão sustentado pelo imperialismo, as eleições serviram para definir um novo acordo entre as frações burguesas, com o fortalecimento dos setores mais fascistas.

Assim, a luta revolucionária em El Salvador entra numa nova fase. Para a FMLN-FDR esta é a etapa decisiva da luta, quando a burguesia salvadoreña e o imperialismo jogarão todas as suas forças para exterminar as organizações populares, e, quando, de outro lado, os avanços da FMLN-FDR recolocam as possibilidades para a insurreição popular.

A solidariedade no Brasil

Frente a este quadro de acirramento da luta em El Salvador e de crescimento mundial da solidariedade, é urgente mobilizar os esforços de solidariedade ativa no Brasil. A convocação internacionalista que partiu da Cidade do México deve ser rapidamente respondida pelos Comitês de Solidariedade existentes, pela constituição de mais comitês e pela criação de uma coordenação nacional, integrados à Frente Mundial de Solidariedade com o Povo Salvadoreño.

Aqui, o documento de constituição da Frente Mundial de solidariedade ao povo salvadoreño

Nós, participantes do fóro Internacional de Solidariedade ao povo salvadoreño, conscientes do compromisso histórico dos povos do mundo com o povo salvadoreño; firmes partidários de seus direitos à auto-determinação e ao pleno exercício de sua soberania nacional; profundamente convencidos de que El Salvador alcançará a paz do triunfo revolucionário, a prosperidade do trabalho sem exploração e a democracia do poder popular; conhecedores de que a solidariedade internacional com os povos que lutam por sua liberdade é uma das tradições mais generosas e autênticas da humanidade.

Apelamos a todos os povos e governos do mundo

1 — Que a luta do povo salvadoreño é um movimento social de amplas e profundas raízes nacionais; produto de um longo processo histórico no qual a exploração dos monopólios estrangeiros e da oligar-

quia salvadoreña estabeleceram um sistema econômico e social dependente, sustentado em uma contínua e sangrenta repressão das ditaduras de plantão, provocando a justa indignação de todo o povo, que tem colocado em prática diferentes formas de luta.

2 — Que o povo de El Salvador forjou as instâncias representativas às quais outorga seu total e massivo apoio; a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e a Frente Democrática Revolucionária. Estas organizações unitárias que encabeçam a luta por um governo democrático-revolucionário são as únicas e genuínas representantes da Nação Salvadoreña e os depositários do consenso popular.

3 — Que a Junta Militar democrata-cristã é: — culpada dos mais graves crimes de lesa humanidade e genocídio, ao manter um regime de assassinatos, torturas e vechames contra o povo salvadoreño; — culpada de alta traição por entregar a Nação salvadoreña ao imperialismo e aos monopólios norte-americanos e permitir que mercenários e soldados dos exércitos de Honduras, Argentina, Chile, Guatemala, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Israel e dos Estados Unidos massacrem o povo e tenham a condução estratégica da guerra em suas mãos; — culpada de destruir a sangue e fogo milhares de aldeias campones-



4 — Que os fatores econômicos, sociais e políticos de caráter interno são as causas determinantes da atual situação revolucionária em El Salvador; as revoluções não se exportam. Denunciamos portanto as vãs tentativas de envolver Cuba, Nicarágua, Vietnã e a União Soviética no

processo revolucionário salvadoreño, como se afirma em campanhas internacionais de manipulação de informações tais como o "Livro Branco", feito pela CIA, a fracassada "operação Tardencillas". Condenamos à chamada "Comunidade Democrática Centro-americana" e também ao plano Reagan de "ajuda" econômica a América Central e ao Caribe, como instrumentos intervencionistas na região.

5 — Que saudamos a luta anti-intervencionista dos povos, advertindo que como eles, não toleraremos que tropas estrangeiras invadam El Salvador. Conclamamos o povo dos Estados Unidos da América, que hoje desenvolve um intenso trabalho de solidariedade, a impedir a tempo que o governo Reagan se comprometa

6 — Que a luta do povo salvadoreño, como se afirma em campanhas internacionais de manipulação de informações tais como o "Livro Branco", feito pela CIA, a fracassada "operação Tardencillas". Condenamos à chamada "Comunidade Democrática Centro-americana" e também ao plano Reagan de "ajuda" econômica a América Central e ao Caribe, como instrumentos intervencionistas na região.

7 — Que apoiamos sem restrições aos povos e processos revolucionários de Cuba, Nicarágua, Granada e em especial nos solidarizamos irrestritamente com o heróico povo guatemalteco em seu inestimável avanço revolucionário, conduzido pela Unidade Revolucionária Nacional guatemalteca, assim como a luta de todos os povos da América Latina para conquistar a sua independência e libertação definitivas.

8 — Que apoiamos sem restrições aos povos e processos revolucionários de Cuba, Nicarágua, Granada e em especial nos solidarizamos irrestritamente com o heróico povo guatemalteco em seu inestimável avanço revolucionário, conduzido pela Unidade Revolucionária Nacional guatemalteca, assim como a luta de todos os povos da América Latina para conquistar a sua independência e libertação definitivas.

9 — Que apoiamos sem restrições aos povos e processos revolucionários de Cuba, Nicarágua, Granada e em especial nos solidarizamos irrestritamente com o heróico povo guatemalteco em seu inestimável avanço revolucionário, conduzido pela Unidade Revolucionária Nacional guatemalteca, assim como a luta de todos os povos da América Latina para conquistar a sua independência e libertação definitivas.

10 — Que apoiamos sem restrições aos povos e processos revolucionários de Cuba, Nicarágua, Granada e em especial nos solidarizamos irrestritamente com o heróico povo guatemalteco em seu inestimável avanço revolucionário, conduzido pela Unidade Revolucionária Nacional guatemalteca, assim como a luta de todos os povos da América Latina para conquistar a sua independência e libertação definitivas.

Continua na pág. 15